

TEXTOS PARA DISCUSSÃO
DIRETORIA DE PESQUISAS

n.48

REGIONALIZAÇÃO E ALTO CRESCIMENTO

UMA ANÁLISE SOBRE O CRESCIMENTO DE

EMPRESAS NAS REGIÕES METROPOLITANAS

BRASILEIRAS

Cristiano Santos

Camila Soares

Leonardo Costa

Denise Guichard

Clarisse Monteiro

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

**INSTITUTO BRASILEIRO
DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Estatísticas Econômicas e Classificações
Priscila Koeller

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.

www.ibge.gov.br
www.twitter.com/ibgecomunica
www.facebook.com/ibgeoficial

Atendimento
0800 721 8181

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas

Textos para discussão
Diretoria de Pesquisas
número 48

Regionalização e Alto Crescimento

Uma análise sobre o crescimento de empresas
nas Regiões Metropolitanas brasileiras

Cristiano Santos
Camila Soares¹
Leonardo Costa¹
Denise Guichard
Clarisse Monteiro¹

Rio de Janeiro
2013

¹ Instituto Endeavor Brasil

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1518-675x **Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas**

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 00-000-000-00

© IBGE. 2013

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em 2013.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Regionalização e Alto Crescimento: uma análise sobre o crescimento de empresas nas Regiões Metropolitanas brasileiras / Cristiano Santos ... [et al.]. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2013.

40p. - (Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas, ISSN 1518-675x ; n. 48)

1. Regiões Metropolitanas. 2. Empreendedorismo. 3. Alto Crescimento. I. Santos, C.. II. IBGE. Diretoria de Pesquisas. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU
334.72(81)
RJ/2013-25

ECO

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Panorama	9
Regiões Metropolitanas	12
Análise dos Resultados	15
Considerações finais	22
Referências Bibliográficas.....	23
Anexo - Tabelas	24

Apresentação

O crescimento das empresas tem sido tema de vários estudos por parte da academia, institutos oficiais de estatística e organismos multilaterais. Há grande interesse em como a dinâmica empresarial influencia nas atividades econômicas e na economia dos países.

Do ponto de vista do empreendedorismo, o foco central da evolução das firmas é o alto crescimento. Ainda que esforços tenham sido feitos nos últimos anos no sentido de retratar este fenômeno, como as publicações do IBGE “Demografia de Empresas” e “Estatísticas de Empreendedorismo”, uma lacuna até então permanecia: como empresas de alto crescimento se comportam localmente. Neste sentido, o presente Texto para Discussão caminha na direção de oferecer uma visão regional do assunto, propondo novos conceitos e apresentando informações para Regiões Metropolitanas e Capitais.

Priscila Koeller

Coordenação de Estatísticas Econômicas e Classificações

Introdução

País de proporções continentais, o Brasil é caracterizado por uma série de marcantes diferenças regionais, seja em termos econômicos ou sociais. Apesar dos avanços observados na última década, nos indicadores sociais e também na concentração regional de renda, pode-se ainda observar um padrão persistente de desigualdade regional no Brasil. Neste texto, analisa-se tal padrão de desigualdade em termos de empresas de alto crescimento orgânico (EAC)², mais especificamente, em termos de unidade locais de EAC³. Assim, utiliza-se o *framework* estabelecido pela OCDE para a análise da atividade empreendedora⁴ para estudar a distribuição regional das EAC, de modo a compreender as características regionais do fenômeno empreendedorismo no território brasileiro.

Poucas são as publicações que estudam o empreendedorismo de forma regionalizada, apesar de ser consenso na literatura que tal fenômeno é localizado no espaço (STERNBERG, 2009; FELDMAN, 2001). Alguns trabalhos, principalmente estudos de casos sobre a Alemanha e os Estados Unidos⁵, analisam a *performance* empreendedora em diferentes regiões sub-nacionais.

No presente trabalho foram utilizados três conceitos-chaves, definidos a partir da ideia de unidade local: (i) empresa de alto crescimento (EAC) com uma única unidade local; (ii) todas as unidades locais das EAC; (iii) a unidade local sede da EAC. O primeiro conceito permite estudar o comportamento de empresas com apenas um endereço de atuação; pode-se, assim, analisar se essas EAC têm características diferentes das empresas com várias unidades locais. Já o segundo conceito possibilita analisar como as EAC atuam em cada uma de suas unidades locais, de modo a estudar se as estratégias, e os resultados, de cada EAC variam de acordo com sua localização. Por fim, entende-se que é importante analisar o comportamento regional das sedes das EAC, já que é na sede que são tomadas as principais decisões gerenciais e onde é possível encontrar, caso exista, o empreendedor. Cada um desses conceitos analisa a questão regional sob um foco diferente e, juntos, os

2 Empresas ativas são denominadas de alto crescimento quando apresentam um crescimento superior a 20% ao ano em termos de pessoal ocupado assalariado por pelo menos três anos e que possuíssem pelo menos 10 pessoas ocupadas no primeiro ano de análise (HIGH-GROWTH..., 2010). As empresas de alto crescimento orgânico são empresas que atingiram tal crescimento via novas contratações e não via fusões, cisões e incorporações (ESTATÍSTICAS ..., 2013).

3 O conceito de unidade local (UL) já é utilizado pelo IBGE em outros estudos e se refere a um endereço de atuação da empresa ou a um sufixo de CNPJ.

4 Para mais detalhes, consultar ESTATÍSTICAS DE EMPREENDEDORISMO – 2011 (2013).

5 Sternberg (2009) realiza uma grande revisão bibliográfica dessa literatura, assim como Rocha (2004). É interessante destacar que, na Alemanha, a abundância de trabalhos sobre o empreendedorismo está muito ligada à iniciativa da German Research Foundation, que entre 1998 e 2004, financiou projetos sobre este tema.

três conceitos possibilitam um panorama completo do comportamento regional das EAC brasileiras.

Além desta Introdução, este Texto para Discussão está organizado em outras três seções: Panorama, Análise dos Resultados e Considerações Finais. A próxima seção traça um panorama das características regionais atuais do Brasil, além de conter uma breve discussão sobre a evolução recente da desigualdade regional no país. Na terceira seção, são analisados dados regionais de empresas de alto crescimento orgânico, incluindo informações sobre o número de unidades locais, pessoal ocupado assalariado, quantidade de postos de trabalho gerados no triênio mais recente e também salários e outras remunerações pagos por tais empresas. Por fim, as Considerações Finais sintetizam os dados apresentados.

Panorama

Há muito que se discute o padrão de desigualdade entre as diferentes regiões geográficas brasileiras. Dados do Censo de 2010 ilustram esse padrão. Em 2010, a taxa de analfabetismo⁶ nacional era de 9,6%. Nas regiões Norte e Nordeste, a taxa estava acima da média nacional: 11,2% e 19,1% respectivamente. Já as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentavam um percentual de analfabetos inferior ao nacional, 5,1%, 5,5% e 7,2% respectivamente, sendo o Sul a região com a menor proporção de indivíduos analfabetos. Percebe-se um padrão similar quando o rendimento médio mensal de pessoas de 10 anos ou mais é analisado regionalmente: as regiões Centro-Oeste e Sudeste possuíam rendimentos mais elevados (R\$ 1 422,00 e R\$ 1 396,00, respectivamente), a Região Sul tinha valores intermediários (R\$ 1 282,00), e por fim, os menores rendimentos se encontravam nas Regiões Norte e Nordeste (respectivamente, R\$ 957,00 e R\$ 806,00). (CENSO, 2010)

Nota-se também a concentração regional quando se analisa a distribuição da produção e do PIB no país. Em 2010, a região Sudeste concentrava 55,4% do PIB brasileiro, a região Sul, 16,5%, a Nordeste 13,5%, a Centro-Oeste 9,3% e a Norte 5,3%. Desde 1995, vem ocorrendo uma desconcentração em relação ao PIB correspondente a cada Grande Região, com ganhos na participação das regiões Nordeste (1,5 pp), Centro-Oeste (0,9 pp), Norte (0,9 pp) e Sul (0,3 pp), e perda na participação da região Sudeste (3,7 pp). (IPEA, 2012)

A concentração regional é presente também quando analisada do ponto de vista da parcela do PIB brasileiro acumulada por cada estado em 2010. Oito Unidades da Federação concentravam 77,8% do PIB do Brasil em 2010: três UF da região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), três da região Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), uma da região Centro Oeste (Brasília) e um da região Nordeste (Bahia). Também em 2010, seis municípios concentravam 25% de toda a geração de renda do País e 13,7% da população. Desses seis municípios, três pertenciam à região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), um à região Centro Oeste (Brasília) e outro à região Norte (Manaus); todos eram capitais e, exceto por Manaus, concentradores da atividade do setor de serviços, principalmente intermediação financeira, comércio e administração pública. Porém, a concentração das atividades econômicas nas capitais tem diminuído: juntas, as capitais foram responsáveis por 34% do PIB brasileiro em 2010, o menor valor desde o início da série histórica em 1998. Esse movimento de desconcentração é ainda mais evidente quando se analisa a evolução da fatia do PIB correspondente às duas maiores

⁶ Taxa de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais de idade (CENSO, 2010).

idades do Brasil: São Paulo reduziu sua participação de 14,2% em 1999 para 11,8% em 2010 e o Rio de Janeiro de 6,8% para 5,0% também entre estes dois anos. No entanto, mesmo excluindo as capitais da análise, ainda é possível perceber uma clara concentração da produção nacional na região Sudeste: onze municípios, em 2010, eram responsáveis pela geração de 8,6% da renda do País e todos pertenciam à região Sudeste (Guarulhos, Campinas, Osasco, São Bernardo do Campo, Betim, Barueri, Santos, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, São José dos Campos e Jundiaí). (PRODUTO..., 2012)

A análise do PIB *per capita* também aponta para a mesma concentração regional: em 2010, foram sete as UF que possuíam PIB per capita acima da média brasileira (R\$ 19 766,33), sendo que entre essas estavam todas as três UF da região Sul, três da região Sudeste (todas exceto Minas Gerais) e uma da região Centro-Oeste (Brasília) (PRODUTO..., 2012). Analisando a outra extremidade da distribuição, encontravam-se dois Estados da região Nordeste com os menores PIB per capita: Piauí (R\$ 7 072,80) e Maranhão (R\$ 6 888,60) (PRODUTO..., 2012). Os dados de PIB per capita municipal também indicam um padrão similar: entre os municípios na extremidade mais baixa da distribuição, com PIB per capita entre os 10% mais baixos do Brasil, encontravam-se 59,4% dos municípios do Piauí, 51,2% do Maranhão, 44,8% do Pará, 35,3% do Ceará, 34,3% de Alagoas e 25,7% da Bahia (PRODUTO..., 2012). A evolução histórica dessa variável, porém, indica que tem ocorrido um processo de convergência: em 1995, o PIB per capita da região Sudeste era 39% acima da média nacional, e o da região Nordeste, 58% abaixo da média nacional; em 2010, o PIB per capita da região Sudeste estava 33% acima da média nacional e o do Nordeste havia alcançado 53% da média nacional (CONTAS..., 2012).

Pode-se também recorrer ao índice de Gini⁷ para o PIB municipal, e para o valor adicionado pelos três setores de atividade econômica, ao se analisar a desigualdade regional econômica. Em 2010, o índice de Gini para o PIB municipal brasileiro foi de 0,86, sendo que para o valor adicionado bruto da Agropecuária, Indústria e Serviços, o índice de Gini foi de 0,57, 0,90 e 0,87, respectivamente. Evidencia-se, assim, a grande concentração da produção no Brasil, principalmente industrial e ligada ao setor de serviços. A agropecuária é o setor mais bem distribuído no território nacional. A análise da evolução histórica desse indicador aponta para a manutenção desse padrão desigual: desde 2004, houve certa estabilidade no valor desses indicadores. (PRODUTO..., 2012)

Cabe, assim, analisar a distribuição regional de cada um desses setores. Primeiro, é importante destacar que dados da evolução do PIB industrial e agropecuário indicam que houve uma desconcentração da atividade produtiva ao longo das últimas quatro décadas. Em 1970, o Sudeste era responsável por 79,1% da produção industrial; em 2007, esse

⁷ O índice de Gini é uma medida de desigualdade. Neste caso específico, como explicitado por PRODUTO INTERNO BRUTO DOS MUNICÍPIOS (2012), “mede o grau de desigualdade existente na distribuição dos municípios segundo o valor adicionado bruto de cada município”.

percentual já estava em 60,2% (IPEA, 2012). Apesar de todas as outras quatro regiões terem aumentado sua participação, foram as regiões Norte e Centro-Oeste que mais aumentaram suas participações no PIB industrial: de 1,1% para 5,5% e de 0,9% para 5%, respectivamente. Analisando o PIB agropecuário, foram também essas regiões que mais ganharam participação, resultado da expansão das fronteiras agrícolas: de 4,1% para 8,9% na região Norte e de 7,4% para 16,5% na Centro-Oeste. Já o Nordeste e o Sudeste perderam participação entre 1970 e 2007. (CONTAS... , 2012)

Analisando mais detalhadamente o setor Agropecuário, percebe-se que a maior concentração de valor adicionado por município encontrava-se em municípios do Mato Grosso e do Oeste Baiano, consequência do cultivo de grãos (principalmente soja) e na criação de gado. Individualmente, os dez municípios com maiores valores adicionado encontravam-se, em sua maioria, na região Centro-Oeste (Cristalina/GO, Rio Verde/GO, Jataí/GO, Campo Verde/MT, Chapadão do Céu/GO, Ipameri/GO), com a presença de dois municípios da região Sudeste (Uberaba/MG e Itapetininga/SP) e da região Nordeste (Petrolina/PE e São Desidério/BA). Esses municípios são grandes produtores de cereais para grãos (soja, milho, feijão), de algodão e café, em sua maioria. Petrolina e Itapetininga são a exceção: sua especialidade é o cultivo de frutas. (PRODUTO..., 2012)

Quanto ao setor industrial, a maior concentração de valor adicionado por município encontra-se nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2010, 65 municípios eram responsáveis por 50% da produção industrial e possuíam apenas 28,6% da população. Na outra extremidade da distribuição, 2 354 municípios produziam apenas 1% de toda a produção industrial nacional e concentravam 8,6% da população (PRODUTO..., 2012). São Paulo, em 2010, era o principal pólo industrial, concentrando 8,2% do valor adicionado deste setor, mais de três vezes a participação do segundo município, o Rio de Janeiro (PRODUTO..., 2012). Os outros oito municípios, que formam o grupo de dez municípios com maior valor adicionado industrial, pertencem principalmente à região Sudeste (são cinco: Campos dos Goytacazes/RJ, São Bernardo do Campo/SP, Betim/MG, São José dos Campos/SP, Guarulhos/SP); as exceções foram os municípios de Brasília/DF, Manaus/AM e Parauapebas/PA. A indústria extrativa mineral foi a responsável pelo desempenho de Parauapebas e a exploração de petróleo, para o de Campos dos Goytacazes. Os municípios paulistas possuem uma indústria mais diversificada, com destaque para a aeroespacial em São José dos Campos e a automotiva em São Bernardo do Campo. Em Betim, a indústria automotiva teve participação importante e, em Brasília, tal papel coube à construção civil. Desses dez municípios, quatro eram capitais e sete pertenciam a Regiões Metropolitanas (RM) ou Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) (São Bernardo do Campo, Guarulhos, Betim, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Manaus) (PRODUTO..., 2012).

Por fim, quanto ao setor de serviços, era o município do Rio de Janeiro que concentrava o maior valor adicionado. Juntos, em 2010, os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro corresponderam a 25% do valor adicionado deste setor, apesar de concentrarem apenas 9,2% da população nacional, e 40 municípios foram responsáveis por 50% do valor adicionado, e 28,5% da população. No outro extremo da distribuição, a concentração é um pouco menor: 1 317 municípios responderam por 1% do valor adicionado e concentravam 2,8% da população. Analisando os municípios com os dez maiores valores agregados no setor de Serviços, encontrava-se uma clara concentração na região Sudeste: cinco são da região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Osasco e Guarulhos), dois do Sul (Curitiba e Porto Alegre), dois do Nordeste (Salvador e Fortaleza) e um da Centro-Oeste (Brasília). Cabe destacar que, ao contrário dos outros dois setores, existe uma maior concentração nas capitais: dos 40 municípios que agregavam 50,0% do valor adicionado, 18 são capitais. (PRODUTO..., 2012)

Regiões Metropolitanas

No Brasil, em 2010, dados do Censo indicavam que 89,4 milhões de pessoas (46,9% da população brasileira) viviam em cidades pertencentes a regiões metropolitanas (RM) ou a regiões integradas de desenvolvimento⁸ (RIDE), totalizando apenas 8,6% dos municípios do país. Cabe destacar que o Censo, e também este estudo, consideraram 36 regiões metropolitanas⁹ e 3 RIDE¹⁰, que incluíam municípios, e capitais, de todos os Estados e do Distrito Federal, exceto Roraima, Rondônia, Tocantins, Acre e Mato Grosso do Sul. O Cartograma 1 destaca a distribuição geográfica destas, com seus respectivos municípios¹¹.

⁸ As Regiões Metropolitanas são definidas por legislação estadual e as Regiões Integradas de Desenvolvimento por legislação federal, já que incluem municípios de mais de uma Unidade da Federação.

⁹ Manaus/AM, Belém/PA, Macapá/AP, Grande São Luís/MA, Sudoeste Maranhense/MA, Cariri/CE, Fortaleza/CE, Natal/RN, Campina Grande/PB, João Pessoa/PB, Recife/PE, Agreste/AL, Maceió/AL, Aracaju/SE, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG, Vale do Aço/MG, Grande Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ, Baixada Santista/SP, Campinas/SP, São Paulo/SP, Curitiba/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Carbonífera/SC, Chapecó/SC, Florianópolis/SC, Foz do Rio Itajaí/SC, Lages/SC, Norte/Nordeste Catarinense/SC, Tubarão/SC, Vale do Itajaí/SC, Porto Alegre/RS, Vale do Rio Cuiabá/MT, e Goiânia/GO.

¹⁰ Petrolina/Juazeiro, Grande Teresina e Distrito Federal e entorno.

Cartograma 1 – Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento – Brasil – 2010



Fonte: IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010.

As primeiras regiões metropolitanas foram definidas em 1973, através de legislação federal (Lei Complementar nº 14) que definiu as RM de Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. No ano seguinte, uma nova legislação criou a RM do Rio de Janeiro. Na época, a criação das RM tinha como objetivo primeiro promover um planejamento cooperado entre os diferentes municípios relacionados. A partir da Constituição de 1988, porém, tornou-se responsabilidade das Unidades da Federação definir regiões metropolitanas e com isso, estas não são definidas com base em uma metodologia comum. Consequentemente, o conjunto de RM e RIDE, analisado no Censo de 2010, era extremamente heterogêneo, tanto no que se refere ao PIB per capita, quanto ao tamanho da população e à densidade populacional, como se pode observar na tabela 1. (IPEA, 2013)

¹¹ A lista completa dos municípios pertencentes às RM e RIDE pode ser encontrada no Atlas do Censo Demográfico 2010.

Tabela 1 – Características das cidades pertencentes às 36 RM e às 3 RIDE – Brasil – 2010

Características	Mínimo	Mediana	Máximo	Desvio-padrão
População Total	1 253	23 784	11 253 503	565 161
Densidade (habitantes/km ²)	,4	90,2	13 024,5	1 547,9
PIB <i>per capita</i>	7 017	12 208	39 419	35 991

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A título de exemplo, o estado de Santa Catarina tem, atualmente, oito RM definidas, enquanto São Paulo, estado com os maiores níveis populacionais e de industrialização, possui apenas três. Além disso, duas das RM de Santa Catarina, Lages e Tubarão, possuem menos de 200 mil habitantes. Neste contexto, a heterogeneidade nas definições das RM pode representar perda de capacidade de interpretação das informações econômicas, inclusive para o caso do alto crescimento.

Análise dos Resultados

Em 2011, o universo das empresas de alto crescimento orgânico era composto por 34 106 empresas. De acordo com os três conceitos de unidade local (UL), definidos na Introdução, existiam, em 2011, 70 605 unidades locais, 24 561 unidades locais únicas e 34 106 unidades locais sede. Na Tabela 2¹², pode-se observar a distribuição regional das unidades locais, segundo cada um dos três conceitos. Há uma evidente concentração das UL na região Sudeste, independentemente do conceito adotado: 49,2% das unidades locais, 52,6% das unidades locais únicas e 51,5% das unidades locais sede estavam localizadas nesta região. Já a região Norte é a que concentrava menor proporção das UL: 5,2% das unidades locais, 4,7% das unidades locais únicas e 5% das unidades locais sede. Tais resultados estão em acordo com os dados apresentados na seção anterior: o Sudeste, região que concentra maior parte do PIB (55,4%) e da produção industrial brasileira (60,2%), também é o maior concentrador de unidades locais de alto crescimento; já a representatividade da região Norte é baixa tanto em termos de PIB (5,3%) e de produção industrial (5,5%) assim como de empresas de alto crescimento.

Quanto às diferenças observadas analisando os três conceitos, cabe destacar que, enquanto as regiões Centro-Oeste e Sul possuíam menor proporção de UL sede que de UL total, nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, o cenário era inverso: a proporção de UL sede era superior a de UL total (vide Tabela 2). Tais dados indicam que, nas regiões Centro-Oeste e Sul, há maior concentração de filiais de empresas de alto crescimento que de sedes, o que pode indicar que nas outras três regiões há um ambiente mais propício para o estabelecimento de empresas.

Em relação à distribuição das unidades locais de alto crescimento por estados, observa-se concentração de unidades locais em São Paulo: 30% das unidades locais, 31,4% das unidades locais únicas e 30,5% das unidades locais sede estavam localizadas neste Estado. Minas Gerais é o segundo estado mais concentrador de UL (9,4%, 10,3% e 10,3%), seguido pelo Rio de Janeiro (7,9%, 9,1% e 8,8%). Em 2010, estes três estados ocupavam estas mesmas posições. Roraima é o estado que menos concentrava UL: 0,2% das unidades locais, das UL únicas e das UL sede. Assim como observado quanto às grandes regiões, em relação aos estados, observa-se que o padrão de distribuição regional das empresas de alto crescimento é extremamente similar ao observado em relação à distribuição do PIB municipal, discutida na seção anterior. Ou seja, a distribuição espacial do

¹² Tabelas 2 a 7 se encontram no Anexo.

fenômeno alto crescimento está intimamente conectada à distribuição espacial da riqueza e da atividade econômica.

Analisando as regiões metropolitanas, observa-se que, em 2011, apenas na região Norte, existiam mais UL fora de regiões metropolitanas que pertencentes a estas (3% versus 2%). Entretanto, tal região possuía o menor número de regiões metropolitanas em todo o país. Realizando a mesma análise por estado, percebe-se que apenas nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul¹³ há uma proporção maior de UL em cidades não pertencentes a nenhuma região metropolitana do que no conjunto de RM. Em São Paulo, as cidades não pertencentes a nenhuma RM concentravam, em 2011, 12,9% de todas as unidades locais, proporção superior à participação de todos os outros estados, exceto o próprio estado de São Paulo. Tal cenário, porém, modifica-se quando o conceito de UL sede é utilizado: as cidades paulistas fora de regiões metropolitanas concentravam 10,7% das UL sede, inferior à proporção concentrada na região metropolitana de São Paulo, no estado de São Paulo e no de Minas Gerais. Entretanto, independentemente da ótica utilizada, tais cidades destacam-se a nível nacional como grandes concentradoras de unidades locais de empresas de alto crescimento. Cabe, porém, destacar que o estado de São Paulo, maior concentrador de renda e produção industrial do país, possui apenas 3 regiões metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista e Campinas) e que, portanto, grande parte de seus municípios pertencem à categoria “Fora de Região Metropolitana”.

Não há um padrão claro no país quando se analisa a proporção de UL, por região metropolitana, segundo cada um dos três conceitos. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, por exemplo, a proporção de UL sede fora de RM é maior que a proporção de UL totais. Já no Rio Grande do Sul e nos estados da região Centro-Oeste, o padrão é similar ao observado em São Paulo: as cidades fora de regiões metropolitanas concentravam menos UL sede que unidades locais no total.

Na tabela 3, pode-se observar a distribuição de unidades locais, de acordo com os três conceitos, para todas as capitais brasileiras e suas respectivas regiões metropolitanas¹⁴. Observa-se que, em apenas seis dos 27 estados brasileiros, as capitais concentravam 50% ou menos das unidades locais de empresas de alto crescimento, segundo os três conceitos, presentes nas respectivas regiões metropolitanas das capitais. Nos estados do Amazonas, Roraima, Maranhão, Piauí e Alagoas, mais 90% das unidades locais totais de empresas de alto crescimento localizavam-se nas capitais e não em suas respectivas regiões metropolitanas. No Brasil como um todo, as capitais concentravam 35,7% de todas as unidades locais de empresas de alto crescimento; suas respectivas regiões metropolitanas, quando excluídos os dados das capitais, concentravam apenas 16,8%. Fica evidente que,

¹³ Desta análise, excluíram-se os estados que não possuíam nenhuma RM: Rondônia, Acre, Roraima, Tocantins e Mato Grosso do Sul.

¹⁴ Nesta tabela, são apresentados dados para cada uma das capitais brasileiras e também para as regiões metropolitanas as quais tais capitais pertencem. Os dados para as regiões metropolitanas analisadas não consideram dados da respectiva capital.

em praticamente todo o Brasil, são as capitais, e não suas regiões metropolitanas, as que concentram mais empresas de alto crescimento. Ou seja, no caso brasileiro, parece ser mais importante analisar o fenômeno de alto crescimento a partir da ótica de capitais que de regiões metropolitanas. Tal resultado é possivelmente consequência do padrão heterogêneo das regiões metropolitanas e também da falta de uma metodologia de criação destas que incluía fatores econômicos.

Com relação ao pessoal ocupado assalariado, o padrão de distribuição regional, seja por grande região ou por estado, é bem similar ao descrito para o número de unidades locais, como é possível observar na Tabela 4. A região Sudeste manteve sua liderança, em 2011, correspondendo a 52,3% do pessoal ocupado assalariado em todas as UL, 50,5% do pessoal ocupado em UL únicas e 52% em UL sede. No segundo e no terceiro lugares, no entanto, há uma inversão, em relação à distribuição do número de unidades locais: a região Nordeste figura em segundo lugar, ocupando 20,1% do pessoal ocupado assalariado no total de UL (21,7% nas UL únicas e 20,2% nas UL sede), seguido pela região Sul, com 15,0% (15,3% e 15,4%, adotando os outros dois conceitos). Em quarto lugar, estava a Região Centro-Oeste com 7,3% (7,1% e 6,9%). Por fim, a região Norte apresentou a menor participação no total de pessoal ocupado assalariado, com 5,3% nas UL total, 5,4% nas UL única e 5,4% nas UL sede. Observa-se que, de acordo com o conceito de UL utilizado, há uma variação nos valores encontrados para cada região: o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste perdem participação quando se utiliza o conceito de UL única ou UL sede, já as regiões Norte e Nordeste aumentam sua participação com esses conceitos (Tabela 4). Assim como discutido no caso da distribuição regional das unidades locais, o padrão descrito acima é muito similar ao padrão de distribuição da riqueza e da produção industrial no Brasil.

Quanto às regiões metropolitanas, observa-se, na Tabela 4, que ocorre uma concentração no pessoal ocupado nas regiões metropolitanas de São Paulo (18,2% do pessoal ocupado assalariado nas UL total) e do Rio de Janeiro (7,2% das UL total). Também nas cidades paulistas que não pertencem a nenhuma região metropolitana há uma concentração de pessoal ocupado assalariado alta (10,3%). Cabe destacar que, exceto pelas RM do estado de São Paulo e a RM de Porto Alegre, há uma aumento na proporção de pessoal ocupado assalariado nas UL concentradas em cidades pertencentes a RM quando se utiliza o conceito de UL única ou UL sede.

Na Tabela 5, pode-se observar a distribuição de pessoal ocupado assalariado, de acordo com os três conceitos, para todas as capitais brasileiras e suas respectivas regiões metropolitanas¹⁵. Também nesta análise fica evidenciada a importância das capitais *vis-a-vis* suas respectivas regiões metropolitanas: as capitais concentravam 42,6% do pessoal ocupado assalariado versus 20,3% para as regiões metropolitanas (excluindo as capitais).

¹⁵ Ver nota de rodapé 13.

Assim, são as capitais, e não as regiões metropolitanas, as maiores concentradoras de pessoal, e também de empresas de alto crescimento.

Como já discutido anteriormente, as empresas de alto crescimento são destaque na geração de postos de trabalho assalariado, tendo contribuído com 48,5% dos postos gerados em 2011. A Tabela 6 apresenta a distribuição espacial desta geração de postos de trabalho. Entre as diferentes RM, as que mais geraram empregos foram a RM de São Paulo (340,4 mil), a RM do Rio de Janeiro (146,6 mil), a de Belo Horizonte (101 mil), a de Salvador (79,8 mil) e a de Recife (55,4 mil). Além dessas regiões metropolitanas, também se destacaram as cidades paulistas e mineiras não pertencentes a nenhuma região metropolitana, que geraram 209,7 mil e 89,5 mil postos de trabalho, respectivamente. Outras regiões destacam-se pela alta taxa de crescimento do pessoal ocupado assalariado no período: as cidades do Amapá fora da região metropolitana de Macapá (998%), as cidades maranhenses pertencentes à RIDE de Grande Teresina (195%), as cidades baianas pertencentes à RIDE Petrolina/Juazeiro (128%) e as cidades amazonenses fora da região metropolitana de Manaus (125%). No total, as empresas de alto crescimento pertencentes a regiões metropolitanas contribuíram para a geração de 67% dos postos de trabalho gerados pelo conjunto de tais empresas no Brasil em 2011.

Todos os resultados apresentados até este momento focaram no conceito de UL que engloba todas as unidades locais de uma empresa. Comparando os três conceitos de UL, observa-se que o ranking de geração de postos de trabalho varia pouco. A RIDE Distrito Federal e Entorno, em suas cidades mineiras, porém, tem um comportamento distinto: pelo conceito de UL total, houve uma redução, pouco significativa, no total de postos de trabalho na região (-6,7%), já pelos outros dois conceitos houve variações positivas e significativas (94,2% e 55,7%). Este movimento demonstra como cada um dos três conceitos permite analisar a questão regional de um ângulo diverso: a redução no emprego no total de UL de alto crescimento foi acompanhada, nesta região, por um aumento no emprego em UL únicas e em sedes de EAC.

Observa-se também que os valores absolutos de variação do número de empregos variam substancialmente de acordo com os três conceitos de UL. Considerando o total de UL, foram gerados 1 943 429 postos de trabalho, dos quais 969 147 em unidades locais únicas e 1 339 960 em unidades locais sede.

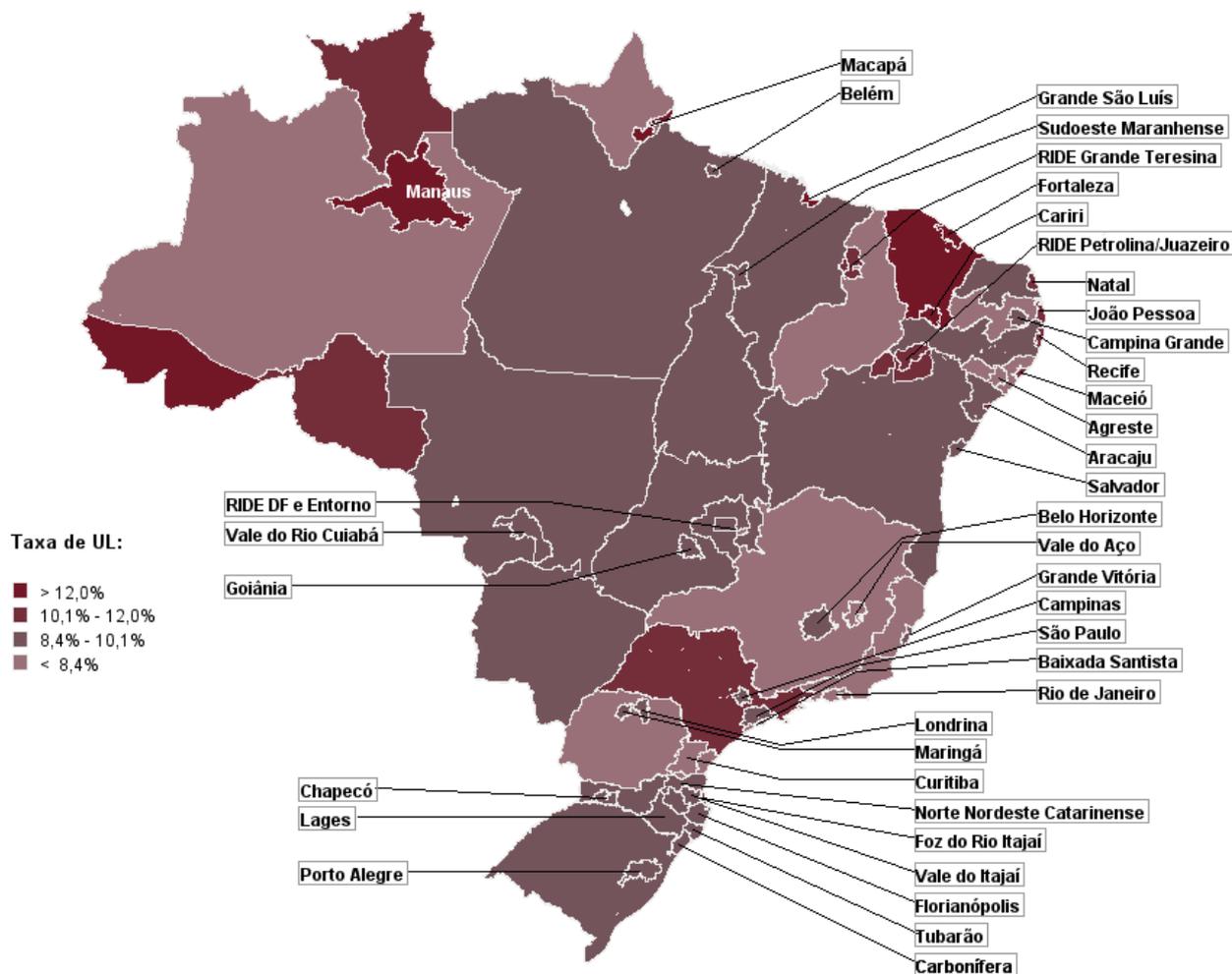
Por fim, as taxas de crescimento do pessoal ocupado assalariado também variam bastante, sendo inferiores, em média, no terceiro conceito, de UL sede. O exemplo mais marcante de tal variação são as cidades do Amapá que não pertencem à região metropolitana de Macapá: de acordo com o primeiro conceito, o pessoal ocupado aumentou 998%, mas para os outros dois conceitos os aumentos foram menores, mas ainda significativos (138,8% e 116,7%).

A Tabela 7 resume a distribuição de salários e outras remunerações por Grande Região, Estado e Região Metropolitana. No Brasil, em 2011, 70% dos salários e outras remunerações eram pagos por unidades locais pertencentes a regiões metropolitanas ou RIDE. As regiões metropolitanas de São Paulo (23,2%), Rio de Janeiro (8,2%), Belo Horizonte (5,5%) e Curitiba (3,6%), além das cidades paulistas não pertencentes a nenhuma região metropolitana (10,6%), eram as que concentravam grande parte dos salários e outras remunerações pagas pelas empresas de alto crescimento orgânico. Enquanto a participação de Belo Horizonte e Curitiba aumenta quando se analisa as UL únicas ou sede, São Paulo, Rio de Janeiro e as cidades paulistas fora das RM perdem participação no total de salários e outras remunerações.

A região Sudeste, como um todo, concentra 59,8% dos salários e outras remunerações e a região Norte é a que apresenta a menor participação, com apenas 4,3%. Entre as grandes regiões, o Sudeste perde importância quando se utiliza outro conceito que o de UL total, mas ainda mantém sua liderança, enquanto as regiões Norte, Nordeste e Sul aumentam sua participação.

O Cartograma 2 mostra a representatividade das unidades locais das empresas de alto crescimento orgânico em relação ao total das unidades locais das empresas ativas com 10 ou mais pessoas ocupadas assalariadas, segundo as Regiões Metropolitanas (RM), as Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), e os municípios que não pertencem a nenhuma das RM ou RIDE. Para compor este cartograma, o conceito de UL utilizado foi o de UL total, ou seja, de todas as UL das empresas. Observa-se que se destacam regiões metropolitanas do Norte e do Nordeste, como a Grande São Luís e Manaus, além das áreas não pertencentes a RM também nos estados dessas regiões, como Ceará e Amapá. Nestas regiões, a representatividade das EAC orgânico no conjunto de empresas ativas com 10 ou mais pessoas ocupadas assalariadas era de pelo menos 12%. Tais regiões, porém, tinham uma participação pequena na distribuição do total de UL das EAC orgânico, como pode ser observado na Tabela 2. Já as regiões que concentravam maior participação no total de UL das EAC, como as RM de São Paulo e do Rio de Janeiro, apresentam uma representatividade baixa: 9,1% e 8,7%, respectivamente. Ou seja, nas regiões que mais concentravam empresas de alto crescimento no Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, as empresas de alto crescimento possuíam, comparativamente, uma importância menor no total de empresas que em outras regiões do país. Cabe, entretanto, destacar o caso das cidades paulistas não pertencentes a nenhuma RM, que concentravam alta participação no total de UL de EAC orgânico (12,9%) e também alta representatividade das UL de EAC orgânico no total de UL (11,3%).

Cartograma 2 - Unidades locais das empresas de alto crescimento orgânico em relação ao total das unidades locais das empresas ativas com 10 ou mais pessoas ocupadas assalariadas, segundo as Regiões Metropolitanas (RM), as Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) – Brasil 2011

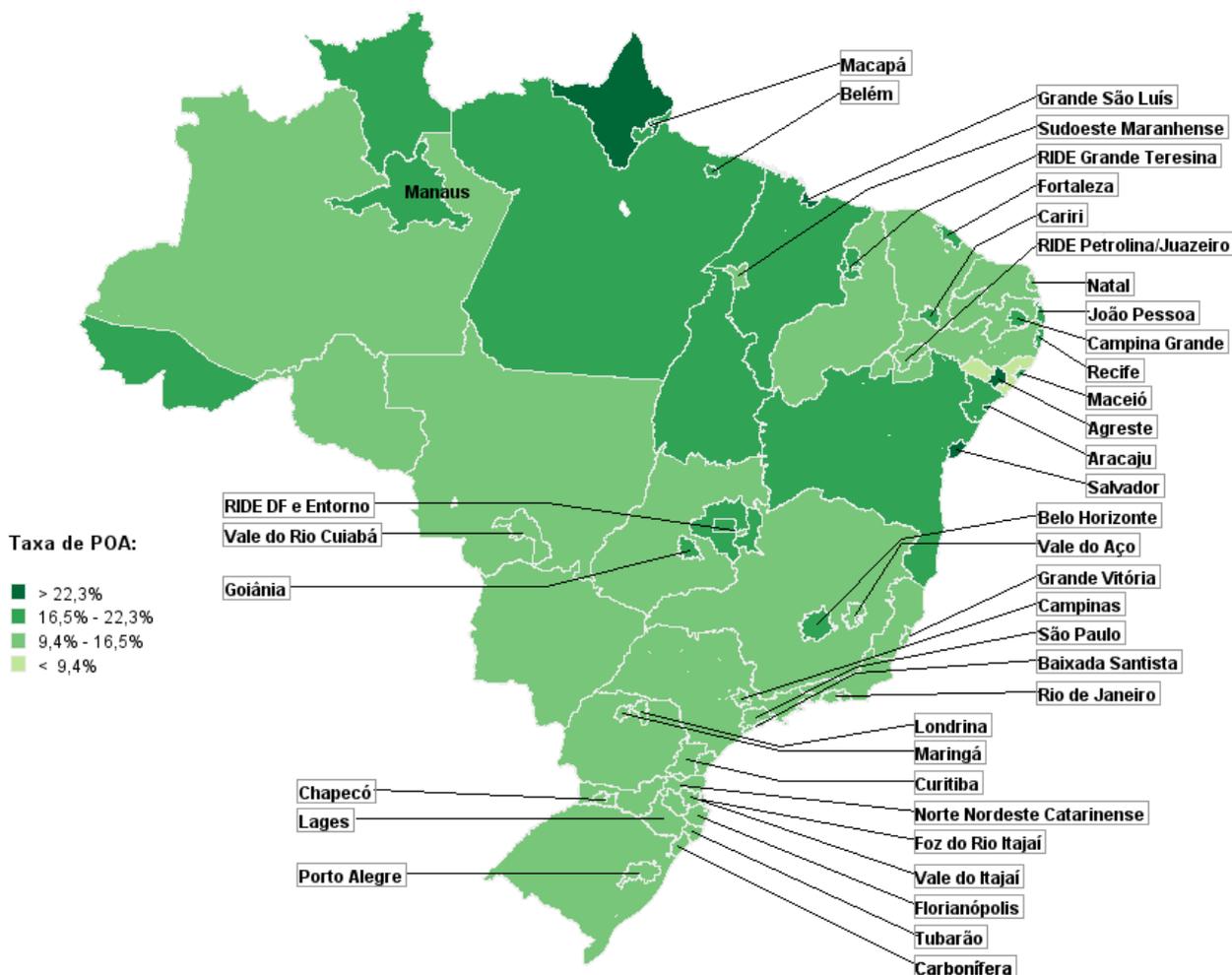


Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2008-2011.

O Cartograma 3 mostra a representatividade quanto ao pessoal ocupado assalariado das UL de EAC orgânico em relação ao total das unidades locais das empresas ativas com 10 ou mais pessoas ocupadas assalariadas, segundo as Regiões Metropolitanas (RM), as Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE), e os municípios que não pertencem a nenhuma das RM ou RIDE. Observa-se que as regiões mais representativas em relação ao pessoal ocupado assalariado incluem apenas cidades pertencentes ao Norte e ao Nordeste, sendo a RM da Grande São Luís, a região que mais concentra pessoal ocupado em UL de EAC. Quanto a esta RM, cabe destacar que apesar de apresentar a maior proporção de pessoal ocupado assalariado em empresas de alto crescimento, em relação ao pessoal ocupado em empresas ativas com 10 ou mais pessoas ocupadas assalariadas, 28,0%, sua representatividade nacional quanto ao pessoal ocupado assalariado em empresas de alto crescimento é baixa, 1,3% do total nacional. No outro extremo, com menos de 12,0% de representatividade para as UL de EAC, encontravam-se

municípios do Sudeste e do Nordeste, como as cidades não pertencentes a nenhuma RM em Alagoas (2,3%) e no Amazonas (11,2%), a RM do Vale do Aço em Minas Gerais (10,1%) e a RM da Baixada Santista em São Paulo (11,7%). As cidades não pertencentes a regiões metropolitanas de Alagoas destacavam-se como as com menor representatividade de pessoal ocupado assalariado em UL de EAC, em relação ao total de pessoal ocupado assalariado em empresas ativas com 10 ou mais pessoas ocupadas assalariadas, 2,3%. É interessante notar que, na Tabela 5, esta região já se destacava como pouco concentradora, apenas 0,1% de todo o pessoal ocupado por EAC estavam localizados fora de regiões metropolitanas e em Alagoas. De maneira geral, a análise do Cartograma 2 indica que nas regiões mais concentradoras de pessoal ocupado assalariado em empresas de alto crescimento (como São Paulo e Rio de Janeiro), a importância das empresas de alto crescimento no total de postos de trabalho é menos significativa que em regiões do Norte e do Nordeste, como a região metropolitana de São Luís.

Cartograma 3 – Pessoal ocupado assalariado das UL de EAC orgânico em relação ao total das unidades locais das empresas ativas com 10 ou mais pessoas ocupadas assalariadas, segundo as Regiões Metropolitanas (RM), as Regiões Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) – Brasil – 2011



Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2008-2011.

Considerações finais

A análise regional empreendida neste texto estabelece um retrato de oposição entre a atual situação de concentração geográfica e o processo de desconcentração que tem ocorrido nos últimos anos, discutido na seção Panorama. Se, por um lado, por exemplo, o estado de São Paulo, em 2011, concentrava 30% do total de UL de empresas de alto crescimento orgânico e 31,2% do pessoal ocupado assalariado por empresas de alto crescimento orgânico, por outro, os Cartogramas 2 e 3 indicam que, apesar de concentrarem grande parte das UL das empresas de alto crescimento orgânico, São Paulo e outras regiões do Sudeste apresentam uma baixa representatividade de UL de empresas de alto crescimento orgânico no total de UL das empresas com 10 ou mais pessoas ocupadas assalariadas.

A baixa representatividade do alto crescimento nestes estados, tanto em termos de número de unidades locais quanto em relação ao pessoal ocupado assalariado, traduz-se em um menor peso na dinâmica econômica: quanto maior a proporção de unidades locais de alto crescimento na população de empresas do estado ou região, maior é a geração de novos postos de trabalho, conforme apresentado anteriormente.

Dessa forma, uma vez que as regiões Norte e Nordeste possuem uma proporção maior de unidades locais de alto crescimento (em ambas as regiões, para cada 10 empresas ativas com 10 ou mais pessoas ocupadas assalariadas, 1,1 são empresas de alto crescimento; já na região Sudeste, a proporção é de 10 para 0,9)¹⁶ o fenômeno do empreendedorismo, medido pela ótica dos conceitos chave de unidade local, contribui para o processo de desconcentração regional que tem ocorrido no Brasil.

Ainda analisando o Cartograma 3, pode-se notar que, em boa parte dos estados da região Norte e parte da região Nordeste a concentração de unidades locais de alto crescimento tem o mesmo padrão de concentração de pessoal ocupado tanto fora quanto nas RM e RIDE. No entanto, em boa parte do Nordeste - incluindo os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí - a representatividade das RM e RIDE é maior que fora destas. Nas regiões Sul e Sudeste, a baixa concentração de pessoal ocupado assalariado repete-se tanto nas RM e RIDE quanto fora destas. De maneira geral, não é possível observar um padrão claro quanto às RM e às RIDE, resultado da grande heterogeneidade encontrada entre tais regiões (Tabela 1).

¹⁶ Tal proporção foi calculada com base nos dados utilizados na elaboração do Cartograma 2, agregados para Grandes Regiões.

Referências Bibliográficas

ATLAS do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>> . Acesso em: set. 2013.

CENSO Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: set. 2013.

CONTAS regionais do Brasil 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2010/contasregionais2010.pdf>. Acesso em: agosto 2013.

ESTATÍSTICAS de empreendedorismo - 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Acompanha 1 CD-ROM.

FELDMAN, M. P. The entrepreneurial event revisited: Firm formation in a regional context. *Industrial and Corporate Change*. Oxford: Oxford University Press, v. 10, p. 861-891. Dez. 2001.

HIGH-GROWTH enterprises: what governments can do to make a difference. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD, 2010. 234 p. (OECD studies on SMEs and entrepreneurship). Disponível em: <<http://www.oecd.org/fr/industrie/pme/high-growthenterpriseswhatgovernmentscandotomakeadifference.htm>>. Acesso em: agosto 2013.

IPEA. *A Hora e a Vez do Desenvolvimento Regional Brasileiro: Uma Proposta de Longo Prazo*. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão 1729). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1729.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

IPEA. *Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano*. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_territoriometropolitano.pdf>. Acesso em: ago. 2013.

Rocha, H. O. Entrepreneurship and development: The role of clusters. A literature review. *Small Business Economics*. New York: Springer US, v. 23, n. 5, p. 363–400. Out. 2004.

PRODUTO interno dos municípios 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (Contas Nacionais n. 39). Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/pibmunic2010.pdf>. Acesso em: agosto 2013.

STERNBERG, R. Regional Dimensions of Entrepreneurship. *Foundations and Trends in Entrepreneurship*. Boston: Now Publishers, v. 5, n. 4, p. 211-340, Maio 2009.

Anexo - Tabelas

Tabela 2 – Distribuição das unidades locais das empresas de alto crescimento orgânico, segundo as Grandes Regiões e as Regiões Metropolitanas – Brasil – 2011

	Distribuição de unidades locais					
	Total		Única		Sede	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Norte	3 674	5,2	1 161	4,7	1 700	5,0
Rondônia	611	0,9	163	0,7	258	0,8
Fora da Região Metropolitana	611	0,9	163	0,7	258	0,8
Acre	205	0,3	59	0,2	84	0,2
Fora da Região Metropolitana	205	0,3	59	0,2	84	0,2
Amazonas	915	1,3	305	1,2	437	1,3
Fora da Região Metropolitana	46	0,1	2	0,0	7	0,0
Manaus	869	1,2	303	1,2	430	1,3
Roraima	121	0,2	41	0,2	59	0,2
Fora da Região Metropolitana	121	0,2	41	0,2	59	0,2
Pará	1 283	1,8	445	1,8	633	1,9
Belém	565	0,8	220	0,9	308	0,9
Fora da Região Metropolitana	718	1,0	225	0,9	325	1,0
Amapá	178	0,3	60	0,2	88	0,3
Fora da Região Metropolitana	12	0,0	3	0,0	4	0,0
Macapá	166	0,2	57	0,2	84	0,2
Tocantins	361	0,5	88	0,4	141	0,4
Fora da Região Metropolitana	361	0,5	88	0,4	141	0,4
Nordeste	12 460	17,6	4 146	16,9	5 796	17,0
Maranhão	973	1,4	312	1,3	418	1,2
Fora da Região Metropolitana	290	0,4	79	0,3	109	0,3
Grande São Luís	563	0,8	192	0,8	249	0,7
RIDE Grande Teresina	18	0,0	3	0,0	3	0,0
Sudoeste Maranhense	102	0,1	38	0,2	57	0,2
Piauí	599	0,8	188	0,8	274	0,8
Fora da Região Metropolitana	195	0,3	40	0,2	67	0,2
RIDE Grande Teresina	404	0,6	148	0,6	207	0,6
Ceará	2 403	3,4	803	3,3	1 178	3,5
Cariri	157	0,2	63	0,3	79	0,2
Fora da Região Metropolitana	458	0,6	99	0,4	167	0,5
Fortaleza	1 788	2,5	641	2,6	932	2,7
Rio Grande do Norte	969	1,4	286	1,2	410	1,2
Fora da Região Metropolitana	350	0,5	104	0,4	148	0,4
Natal	619	0,9	182	0,7	262	0,8
Paraíba	740	1,0	293	1,2	387	1,1
Campina Grande	160	0,2	59	0,2	78	0,2
Fora da Região Metropolitana	120	0,2	32	0,1	45	0,1
João Pessoa	460	0,7	202	0,8	264	0,8
Pernambuco	2 372	3,4	823	3,4	1 160	3,4
Fora da Região Metropolitana	693	1,0	189	0,8	306	0,9
RIDE Petrolina/Juazeiro	123	0,2	42	0,2	55	0,2
Recife	1 556	2,2	592	2,4	799	2,3
Alagoas	584	0,8	210	0,9	280	0,8
Agreste	71	0,1	21	0,1	32	0,1
Fora da Região Metropolitana	63	0,1	26	0,1	34	0,1
Maceió	450	0,6	163	0,7	214	0,6
Sergipe	563	0,8	183	0,7	247	0,7
Aracaju	399	0,6	127	0,5	173	0,5
Fora da Região Metropolitana	164	0,2	56	0,2	74	0,2
Bahia	3 257	4,6	1 048	4,3	1 442	4,2
Fora da Região Metropolitana	1 642	2,3	490	2,0	701	2,1
RIDE Petrolina/Juazeiro	56	0,1	15	0,1	24	0,1
Salvador	1 559	2,2	543	2,2	717	2,1

	Distribuição de unidades locais					
	Total		Única		Sede	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Sudeste	34 768	49,2	12 910	52,6	17 581	51,5
Minas Gerais	6 652	9,4	2 527	10,3	3 528	10,3
Belo Horizonte	2 829	4,0	1 148	4,7	1 580	4,6
Fora da Região Metropolitana	3 593	5,1	1 306	5,3	1 839	5,4
RIDE Distrito Federal e Entorn	48	0,1	11	0,0	18	0,1
Vale do Aço	182	0,3	62	0,3	91	0,3
Espírito Santo	1 395	2,0	450	1,8	647	1,9
Fora da Região Metropolitana	491	0,7	172	0,7	236	0,7
Grande Vitória	904	1,3	278	1,1	411	1,2
Rio de Janeiro	5 548	7,9	2 231	9,1	3 002	8,8
Fora da Região Metropolitana	1 332	1,9	527	2,1	714	2,1
Rio de Janeiro	4 216	6,0	1 704	6,9	2 288	6,7
São Paulo	21 173	30,0	7 702	31,4	10 404	30,5
Baixada Santista	558	0,8	175	0,7	237	0,7
Campinas	1 555	2,2	596	2,4	789	2,3
Fora da Região Metropolitana	9 130	12,9	2 790	11,4	3 685	10,8
São Paulo	9 930	14,1	4 141	16,9	5 693	16,7
Sul	14 186	20,1	4 662	19,0	6 608	19,4
Paraná	4 589	6,5	1 699	6,9	2 348	6,9
Curitiba	1 709	2,4	640	2,6	919	2,7
Fora da Região Metropolitana	2 071	2,9	740	3,0	1 010	3,0
Londrina	410	0,6	164	0,7	217	0,6
Maringá	399	0,6	155	0,6	202	0,6
Santa Catarina	4 078	5,8	1 418	5,8	1 971	5,8
Carbonífera	306	0,4	114	0,5	159	0,5
Chapecó	256	0,4	88	0,4	134	0,4
Florianópolis	711	1,0	233	0,9	337	1,0
Fora da Região Metropolitana	602	0,9	215	0,9	302	0,9
Foz do Rio Itajaí	449	0,6	129	0,5	183	0,5
Lages	152	0,2	46	0,2	65	0,2
Norte/Nordeste Catarinense	761	1,1	262	1,1	357	1,0
Tubarão	201	0,3	88	0,4	112	0,3
Vale do Itajaí	640	0,9	243	1,0	322	0,9
Rio Grande do Sul	5 519	7,8	1 545	6,3	2 289	6,7
Fora da Região Metropolitana	3 241	4,6	832	3,4	1 255	3,7
Porto Alegre	2 278	3,2	713	2,9	1 034	3,0
Centro - Oeste	5 517	7,8	1 682	6,8	2 421	7,1
Mato Grosso do Sul	872	1,2	240	1,0	355	1,0
Fora da Região Metropolitana	872	1,2	240	1,0	355	1,0
Mato Grosso	1 303	1,8	344	1,4	523	1,5
Fora da Região Metropolitana	795	1,1	189	0,8	286	0,8
Vale do Rio Cuiabá	508	0,7	155	0,6	237	0,7
Góias	1 959	2,8	673	2,7	943	2,8
Fora da Região Metropolitana	781	1,1	192	0,8	285	0,8
Goiânia	1 043	1,5	438	1,8	597	1,8
RIDE Distrito Federal e Entorn	135	0,2	43	0,2	61	0,2
Distrito Federal	1 383	2,0	425	1,7	600	1,8
RIDE Distrito Federal e Entorn	1 383	2,0	425	1,7	600	1,8

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2008-2011.

Tabela 3 – Distribuição das unidades locais das empresas de alto crescimento orgânico, segundo as capitais e suas respectivas regiões metropolitanas – Brasil – 2011

		Distribuição de Unidades Locais					
		IBGE		Única		Sede	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Rondônia	Capital	270	0,4	74	0,3	120	0,4
	Fora da Região Metropolitana	341	0,5	89	0,4	138	0,4
Acre	Capital	151	0,2	43	0,2	66	0,2
	Fora da Região Metropolitana	54	0,1	16	0,1	18	0,1
Amazonas	Capital	833	1,2	287	1,2	410	1,2
	Manaus	36	0,1	16	0,1	20	0,1
Roraima	Capital	118	0,2	40	0,2	57	0,2
	Fora da Região Metropolitana	3	0,0	1	0,0	2	0,0
Pará	Capital	431	0,6	163	0,7	228	0,7
	Belém	134	0,2	57	0,2	80	0,2
Amapá	Capital	144	0,2	49	0,2	75	0,2
	Macapá	22	0,0	8	0,0	9	0,0
Tocantins	Capital	146	0,2	47	0,2	68	0,2
	Fora da Região Metropolitana	215	0,3	41	0,2	73	0,2
Maranhão	Capital	527	0,7	177	0,7	233	0,7
	Grande São Luís	36	0,1	15	0,1	16	0,0
Piauí	Capital	388	0,5	145	0,6	200	0,6
	RIDE Grande Teresina	16	0,0	3	0,0	7	0,0
Ceará	Capital	1 439	2,0	525	2,1	754	2,2
	Fortaleza	349	0,5	116	0,5	178	0,5
Rio Grande do Norte	Capital	450	0,6	130	0,5	196	0,6
	Natal	169	0,2	52	0,2	66	0,2
Paraíba	Capital	347	0,5	154	0,6	203	0,6
	João Pessoa	113	0,2	48	0,2	61	0,2
Pernambuco	Capital	1 041	1,5	388	1,6	539	1,6
	Recife	515	0,7	204	0,8	260	0,8
Alagoas	Capital	410	0,6	154	0,6	202	0,6
	Maceió	40	0,1	9	0,0	12	0,0
Sergipe	Capital	332	0,5	105	0,4	145	0,4
	Aracaju	67	0,1	22	0,1	28	0,1
Bahia	Capital	1 031	1,5	313	1,3	441	1,3
	Salvador	528	0,7	230	0,9	276	0,8
Minas Gerais	Capital	1 670	2,4	690	2,8	964	2,8
	Belo Horizonte	1 159	1,6	458	1,9	616	1,8
Espírito Santo	Capital	300	0,4	74	0,3	125	0,4
	Grande Vitória	604	0,9	204	0,8	286	0,8
Rio de Janeiro	Capital	3 073	4,4	1 175	4,8	1 619	4,7
	Rio de Janeiro	1 143	1,6	529	2,2	669	2,0
São Paulo	Capital	6 605	9,4	2 624	10,7	3 713	10,9
	São Paulo	3 325	4,7	1 517	6,2	1 980	5,8
Paraná	Capital	1 086	1,5	385	1,6	568	1,7
	Curitiba	623	0,9	255	1,0	351	1,0
Santa Catarina	Capital	356	0,5	87	0,4	148	0,4
	Florianópolis	355	0,5	146	0,6	189	0,6
Rio Grande do Sul	Capital	1 141	1,6	344	1,4	517	1,5
	Porto Alegre	1 137	1,6	369	1,5	517	1,5
Mato Grosso do Sul	Capital	388	0,5	129	0,5	178	0,5
	Fora da Região Metropolitana	484	0,7	111	0,5	177	0,5
Mato Grosso	Capital	401	0,6	129	0,5	191	0,6
	Vale do Rio Cuiabá	107	0,2	26	0,1	46	0,1
Goiás	Capital	767	1,1	318	1,3	432	1,3
	Goiânia	276	0,4	120	0,5	165	0,5
Distrito Federal	Capital	1 383	2,0	425	1,7	600	1,8

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2008-2011.

Tabela 4 – Distribuição do pessoal ocupado assalariado nas empresas de alto crescimento orgânico, segundo as Grandes Regiões e as Regiões Metropolitanas – Brasil – 2011

	Distribuição de pessoal ocupado assalariado					
	Total		Única		Sede	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Norte	231 558	5,3	122 067	5,4	179 070	5,4
Rondônia	22 623	0,5	12 096	0,5	16 583	0,5
Fora da Região Metropolitana	22 623	0,5	12 096	0,5	16 583	0,5
Acre	8 922	0,2	5 161	0,2	6 347	0,2
Fora da Região Metropolitana	8 922	0,2	5 161	0,2	6 347	0,2
Amazonas	76 159	1,7	39 946	1,8	63 747	1,9
Fora da Região Metropolitana	993	0,0	54	0,0	203	0,0
Manaus	75 166	1,7	39 892	1,8	63 544	1,9
Roraima	7 514	0,2	4 088	0,2	5 213	0,2
Fora da Região Metropolitana	7 514	0,2	4 088	0,2	5 213	0,2
Pará	93 340	2,1	50 381	2,2	71 282	2,2
Belém	52 913	1,2	32 957	1,5	44 996	1,4
Fora da Região Metropolitana	40 427	0,9	17 424	0,8	26 286	0,8
Amapá	9 084	0,2	3 643	0,2	6 530	0,2
Fora da Região Metropolitana	1 109	0,0	117	0,0	117	0,0
Macapá	7 975	0,2	3 526	0,2	6 413	0,2
Tocantins	13 916	0,3	6 752	0,3	9 368	0,3
Fora da Região Metropolitana	13 916	0,3	6 752	0,3	9 368	0,3
Nordeste	883 269	20,1	485 455	21,7	664 385	20,2
Maranhão	77 683	1,8	45 494	2,0	60 024	1,8
Fora da Região Metropolitana	17 273	0,4	9 842	0,4	11 097	0,3
Grande São Luís	55 722	1,3	33 239	1,5	45 645	1,4
RIDE Grande Teresina	925	0,0	184	0,0	184	0,0
Sudoeste Maranhense	3 763	0,1	2 229	0,1	3 098	0,1
Piauí	33 075	0,8	19 797	0,9	27 177	0,8
Fora da Região Metropolitana	5 578	0,1	2 156	0,1	3 210	0,1
RIDE Grande Teresina	27 497	0,6	17 641	0,8	23 967	0,7
Ceará	151 181	3,4	78 540	3,5	110 997	3,4
Cariri	7 750	0,2	5 325	0,2	6 088	0,2
Fora da Região Metropolitana	17 595	0,4	5 584	0,2	8 187	0,2
Fortaleza	125 836	2,9	67 631	3,0	96 722	2,9
Rio Grande do Norte	43 814	1,0	25 638	1,1	31 885	1,0
Fora da Região Metropolitana	14 664	0,3	7 671	0,3	10 311	0,3
Natal	29 150	0,7	17 967	0,8	21 574	0,7
Paraíba	50 395	1,1	29 620	1,3	40 844	1,2
Campina Grande	11 204	0,3	4 868	0,2	9 425	0,3
Fora da Região Metropolitana	3 959	0,1	1 992	0,1	2 954	0,1
João Pessoa	35 232	0,8	22 760	1,0	28 465	0,9
Pernambuco	163 731	3,7	90 277	4,0	125 770	3,8
Fora da Região Metropolitana	34 559	0,8	18 495	0,8	28 915	0,9
RIDE Petrolina/Juazeiro	6 002	0,1	3 780	0,2	4 394	0,1
Recife	123 170	2,8	68 002	3,0	92 461	2,8
Alagoas	42 103	1,0	22 376	1,0	33 894	1,0
Agreste	4 825	0,1	1 237	0,1	3 118	0,1
Fora da Região Metropolitana	2 017	0,0	1 469	0,1	1 629	0,0
Maceió	35 261	0,8	19 670	0,9	29 147	0,9
Sergipe	45 020	1,0	25 178	1,1	34 214	1,0
Aracaju	32 882	0,7	17 977	0,8	25 556	0,8
Fora da Região Metropolitana	12 138	0,3	7 201	0,3	8 658	0,3
Bahia	276 267	6,3	148 535	6,6	199 580	6,1
Fora da Região Metropolitana	100 700	2,3	42 321	1,9	60 110	1,8
RIDE Petrolina/Juazeiro	1 980	0,0	894	0,0	1 352	0,0
Salvador	173 587	3,9	105 320	4,7	138 118	4,2

Distribuição de pessoal ocupado assalariado

	Total		Única		Sede	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Sudeste	2 298 165	52,3	1 131 313	50,5	1 709 735	52,0
Minas Gerais	445 353	10,1	230 631	10,3	341 835	10,4
Belo Horizonte	245 327	5,6	128 288	5,7	193 649	5,9
Fora da Região Metropolitana	190 061	4,3	97 153	4,3	140 703	4,3
RIDE Distrito Federal e Entom	1 337	0,0	534	0,0	693	0,0
Vale do Aço	8 628	0,2	4 656	0,2	6 790	0,2
Espírito Santo	69 911	1,6	34 516	1,5	50 239	1,5
Fora da Região Metropolitana	24 222	0,6	10 692	0,5	15 567	0,5
Grande Vitória	45 689	1,0	23 824	1,1	34 672	1,1
Rio de Janeiro	410 396	9,3	200 311	8,9	301 220	9,2
Fora da Região Metropolitana	94 061	2,1	37 702	1,7	57 128	1,7
Rio de Janeiro	316 335	7,2	162 609	7,3	244 092	7,4
São Paulo	1 372 505	31,2	665 855	29,7	1 016 441	30,9
Baixada Santista	26 985	0,6	10 834	0,5	17 345	0,5
Campinas	93 216	2,1	41 422	1,8	64 195	2,0
Fora da Região Metropolitana	452 324	10,3	208 903	9,3	299 503	9,1
São Paulo	799 980	18,2	404 696	18,1	635 398	19,3
Sul	661 140	15,0	343 222	15,3	504 662	15,4
Paraná	243 786	5,5	135 172	6,0	196 224	6,0
Curitiba	119 947	2,7	63 443	2,8	98 340	3,0
Fora da Região Metropolitana	89 514	2,0	51 078	2,3	70 348	2,1
Londrina	18 856	0,4	11 399	0,5	15 198	0,5
Maringá	15 469	0,4	9 252	0,4	12 338	0,4
Santa Catarina	186 485	4,2	96 755	4,3	144 695	4,4
Carbonífera	17 061	0,4	11 639	0,5	14 709	0,4
Chapecó	10 039	0,2	5 612	0,3	8 454	0,3
Florianópolis	40 905	0,9	19 101	0,9	35 168	1,1
Fora da Região Metropolitana	22 940	0,5	12 901	0,6	17 653	0,5
Foz do Rio Itajaí	14 840	0,3	7 607	0,3	9 815	0,3
Lages	5 691	0,1	3 009	0,1	3 959	0,1
Norte/Nordeste Catarinense	38 274	0,9	17 515	0,8	27 418	0,8
Tubarão	8 885	0,2	5 208	0,2	7 286	0,2
Vale do Itajaí	27 850	0,6	14 163	0,6	20 233	0,6
Rio Grande do Sul	230 869	5,3	111 295	5,0	163 743	5,0
Fora da Região Metropolitana	112 730	2,6	51 377	2,3	77 048	2,3
Porto Alegre	118 139	2,7	59 918	2,7	86 695	2,6
Centro - Oeste	322 175	7,3	158 846	7,1	228 250	6,9
Mato Grosso do Sul	47 394	1,1	19 564	0,9	30 057	0,9
Fora da Região Metropolitana	47 394	1,1	19 564	0,9	30 057	0,9
Mato Grosso	52 107	1,2	21 470	1,0	34 013	1,0
Fora da Região Metropolitana	27 107	0,6	9 416	0,4	16 079	0,5
Vale do Rio Cuiabá	25 000	0,6	12 054	0,5	17 934	0,5
Góias	118 734	2,7	67 790	3,0	90 236	2,7
Fora da Região Metropolitana	38 183	0,9	14 873	0,7	22 374	0,7
Goiânia	75 857	1,7	51 052	2,3	65 002	2,0
RIDE Distrito Federal e Entorno	4 694	0,1	1 865	0,1	2 860	0,1
Distrito Federal	103 940	2,4	50 022	2,2	73 944	2,3
RIDE Distrito Federal e Entorno	103 940	2,4	50 022	2,2	73 944	2,3

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2008-2011.

Tabela 5 – Distribuição do pessoal ocupado assalariado nas empresas de alto crescimento orgânico, segundo as capitais e suas respectivas Regiões Metropolitanas – Brasil – 2011

		Distribuição de unidades locais					
		Total		Única		Sede	
		Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
	Capital	13 026	0,3	7 285	0,3	9 807	0,3
Rondônia	Fora da Região Metropolitana	9 597	0,2	4 811	0,2	6 776	0,2
	Capital	7 712	0,2	4 412	0,2	5 571	0,2
Acre	Fora da Região Metropolitana	1 210	0,0	749	0,0	776	0,0
	Capital	73 737	1,7	38 729	1,7	62 320	1,9
Amazonas	Manaus	1 429	0,0	1 163	0,1	1 224	0,0
	Capital	7 378	0,2	4 067	0,2	5 123	0,2
Roraima	Fora da Região Metropolitana	136	0,0	21	0,0	90	0,0
	Capital	41 370	0,9	27 241	1,2	35 425	1,1
Pará	Belém	11 543	0,3	5 716	0,3	9 571	0,3
	Capital	7 088	0,2	3 088	0,1	5 895	0,2
Amapá	Macapá	887	0,0	438	0,0	518	0,0
	Capital	5 927	0,1	3 475	0,2	4 558	0,1
Tocantins	Fora da Região Metropolitana	7 989	0,2	3 277	0,1	4 810	0,1
	Capital	52 326	1,2	30 320	1,4	42 687	1,3
Maranhão	Grande São Luís	3 396	0,1	2 919	0,1	2 958	0,1
	Capital	26 933	0,6	17 402	0,8	23 676	0,7
Piauí	RIDE Grande Teresina	564	0,0	239	0,0	291	0,0
	Capital	103 886	2,4	57 506	2,6	79 406	2,4
Ceará	Fortaleza	21 950	0,5	10 125	0,5	17 316	0,5
	Capital	21 469	0,5	14 262	0,6	17 103	0,5
Rio Grande do Norte	Natal	7 681	0,2	3 705	0,2	4 471	0,1
	Capital	26 439	0,6	16 776	0,7	20 939	0,6
Paraíba	João Pessoa	8 793	0,2	5 984	0,3	7 526	0,2
	Capital	74 159	1,7	45 976	2,1	59 230	1,8
Pernambuco	Recife	49 011	1,1	22 026	1,0	33 231	1,0
	Capital	33 873	0,8	18 982	0,8	28 349	0,9
Alagoas	Maceió	1 388	0,0	688	0,0	798	0,0
	Capital	24 680	0,6	13 121	0,6	18 703	0,6
Sergipe	Aracaju	8 202	0,2	4 856	0,2	6 853	0,2
	Capital	91 085	2,1	51 087	2,3	67 536	2,1
Bahia	Salvador	82 502	1,9	54 233	2,4	70 582	2,1
	Capital	156 716	3,6	87 285	3,9	131 112	4,0
Minas Gerais	Belo Horizonte	88 611	2,0	41 003	1,8	62 537	1,9
	Capital	13 608	0,3	6 731	0,3	9 668	0,3
Espírito Santo	Grande Vitória	32 081	0,7	17 093	0,8	25 004	0,8
	Capital	217 565	4,9	107 618	4,8	164 320	5,0
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	98 770	2,2	54 991	2,5	79 772	2,4
	Capital	527 290	12,0	263 934	11,8	424 044	12,9
São Paulo	São Paulo	272 690	6,2	140 762	6,3	211 354	6,4
	Capital	72 715	1,7	33 880	1,5	57 386	1,7
Paraná	Curitiba	47 232	1,1	29 563	1,3	40 954	1,2
	Capital	22 454	0,5	7 115	0,3	19 303	0,6
Santa Catarina	Florianópolis	18 451	0,4	11 986	0,5	15 865	0,5
	Capital	58 201	1,3	32 034	1,4	45 186	1,4
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	59 938	1,4	27 884	1,2	41 509	1,3
	Capital	18 569	0,4	9 807	0,4	11 988	0,4
Mato Grosso do Sul	Fora da Região Metropolitana	28 825	0,7	9 757	0,4	18 069	0,5
	Capital	20 195	0,5	9 815	0,4	14 744	0,4
Mato Grosso	Vale do Rio Cuiabá	4 805	0,1	2 239	0,1	3 190	0,1
	Capital	51 699	1,2	36 123	1,6	43 512	1,3
Goiás	Goiânia	24 158	0,5	14 929	0,7	21 490	0,7
	Capital	103 940	2,4	50 022	2,2	73 944	2,3
Distrito Federal							

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2008-2011.

Tabela 6 – Geração de postos de trabalho assalariado nas empresas de alto crescimento orgânico, segundo Grandes Regiões, Estados e Regiões Metropolitanas – Brasil – 2008/2011

	Geração de Postos de Trabalho Assalariado					
	Total		Única		Sede	
	Variação Absoluta 2009-2011	Taxa média (%)	Variação Absoluta 2009-2011	Taxa média (%)	Variação Absoluta 2009-2011	Taxa média (%)
Norte	104 076	81,6	50 731	71,1	72 848	68,6
Rondônia	9 063	66,8	4 500	59,2	6 069	57,7
Fora da Região Metropolitana	9 063	66,8	4 500	59,2	6 069	57,7
Acre	4 017	81,9	2 668	107,0	3 065	93,4
Fora da Região Metropolitana	4 017	81,9	2 668	107,0	3 065	93,4
Amazonas	32 400	74,0	14 652	57,9	25 450	66,5
Fora da Região Metropolitana	552	125,2	23	74,2	77	61,1
Manaus	31 848	73,5	14 629	57,9	25 373	66,5
Roraima	3 116	70,9	1 159	39,6	1 699	48,3
Fora da Região Metropolitana	3 116	70,9	1 159	39,6	1 699	48,3
Pará	44 279	90,3	22 892	83,3	29 347	70,0
Belém	23 017	77,0	14 420	77,8	18 341	68,8
Fora da Região Metropolitana	21 262	110,9	8 472	94,6	11 006	72,0
Amapá	4 930	118,7	1 796	97,2	3 309	102,7
Fora da Região Metropolitana	1 008	998,0	68	138,8	63	116,7
Macapá	3 922	96,8	1 728	96,1	3 246	102,5
Tocantins	6 271	82,0	3 064	83,1	3 909	71,6
Fora da Região Metropolitana	6 271	82,0	3 064	83,1	3 909	71,6
Nordeste	402 001	83,5	218 151	81,6	285 567	75,4
Maranhão	39 636	104,2	23 157	103,7	29 677	97,8
Fora da Região Metropolitana	8 863	105,4	5 296	116,5	5 820	110,3
Grande São Luís	28 476	104,5	16 775	101,9	22 441	96,7
RIDE Grande Teresina	612	195,5	107	139,0	107	139,0
Sudoeste Maranhense	1 685	81,1	979	78,3	1 309	73,2
Piauí	12 670	62,1	6 430	48,1	9 637	54,9
Fora da Região Metropolitana	2 606	87,7	790	57,8	1 017	46,4
RIDE Grande Teresina	10 064	57,7	5 640	47,0	8 620	56,2
Ceará	65 561	76,6	34 560	78,6	45 286	68,9
Cariri	3 644	88,7	2 757	107,4	3 105	104,1
Fora da Região Metropolitana	8 235	88,0	2 465	79,0	3 294	67,3
Fortaleza	53 682	74,4	29 338	76,6	38 887	67,2
Rio Grande do Norte	21 466	96,1	13 830	117,1	15 880	99,2
Fora da Região Metropolitana	6 481	79,2	3 724	94,4	4 909	90,9
Natal	14 985	105,8	10 106	128,6	10 971	103,5
Paraíba	21 728	75,8	13 157	79,9	17 307	73,5
Campina Grande	4 641	70,7	2 284	88,4	3 617	62,3
Fora da Região Metropolitana	1 887	91,1	959	92,8	1 403	90,5
João Pessoa	15 200	75,9	9 914	77,2	12 287	75,9
Pernambuco	73 479	81,4	36 809	68,8	51 617	69,6
Fora da Região Metropolitana	16 094	87,2	6 690	56,7	12 815	79,6
RIDE Petrolina/Juazeiro	1 912	46,7	1 092	40,6	1 204	37,7
Recife	55 473	81,9	29 027	74,5	37 598	68,5
Alagoas	17 686	72,4	10 899	95,0	15 646	85,7
Agreste	1 548	47,2	448	56,8	1 121	56,1
Fora da Região Metropolitana	555	38,0	390	36,1	414	34,1
Maceió	15 583	79,2	10 061	104,7	14 111	93,8
Sergipe	18 923	72,5	11 378	82,4	15 898	86,8
Aracaju	13 227	67,3	7 369	69,5	11 158	77,5
Fora da Região Metropolitana	5 696	88,4	4 009	125,6	4 740	121,0
Bahia	130 852	90,0	67 931	84,3	84 619	73,6
Fora da Região Metropolitana	49 878	98,1	18 936	81,0	22 966	61,8
RIDE Petrolina/Juazeiro	1 112	128,1	569	175,1	635	88,6
Salvador	79 862	85,2	48 426	85,1	61 018	79,1

Geração de Postos de Trabalho Assalariado

	Total		Única		Sede	
	Variação Absoluta 2009-2011	Taxa média (%)	Variação Absoluta 2009-2011	Taxa média (%)	Variação Absoluta 2009-2011	Taxa média (%)
Sudeste	1 021 750	80,0	489 070	76,2	696 943	68,8
Minas Gerais	193 538	76,9	102 266	79,7	137 849	67,6
Belo Horizonte	101 038	70,0	57 029	80,0	74 317	62,3
Fora da Região Metropolitana	89 526	89,0	42 886	79,0	60 682	75,8
RIDE Distrito Federal e Entorn	- 96	-6,7	259	94,2	248	55,7
Vale do Aço	3 070	55,2	2 092	81,6	2 602	62,1
Espírito Santo	30 489	77,3	15 627	82,7	20 208	67,3
Fora da Região Metropolitana	10 241	73,2	5 043	89,3	6 137	65,1
Grande Vitória	20 248	79,6	10 584	79,9	14 071	68,3
Rio de Janeiro	193 869	89,5	88 793	79,6	130 246	76,2
Fora da Região Metropolitana	47 233	100,9	16 584	78,5	23 625	70,5
Rio de Janeiro	146 636	86,4	72 209	79,9	106 621	77,6
São Paulo	603 854	78,6	282 384	73,6	408 640	67,2
Baixada Santista	10 713	65,8	3 453	46,8	6 165	55,1
Campinas	42 997	85,6	17 324	71,9	27 096	73,0
Fora da Região Metropolitana	209 704	86,4	90 408	76,3	121 373	68,1
São Paulo	340 440	74,1	171 199	73,3	254 006	66,6
Sul	273 874	70,7	142 306	70,8	194 694	62,8
Paraná	97 946	67,2	53 434	65,4	73 518	59,9
Curitiba	46 266	62,8	24 355	62,3	35 562	56,6
Fora da Região Metropolitana	37 351	71,6	20 896	69,2	27 411	63,8
Londrina	7 162	61,2	4 056	55,2	5 049	49,7
Maringá	7 167	86,3	4 127	80,5	5 496	80,3
Santa Catarina	78 513	72,7	41 121	73,9	56 000	63,1
Carbonífera	8 402	97,0	5 850	101,1	7 074	92,7
Chapecó	4 528	82,2	2 410	75,3	3 670	76,7
Florianópolis	15 794	62,9	7 703	67,6	12 859	57,6
Fora da Região Metropolitana	9 051	65,2	5 204	67,6	6 423	57,2
Foz do Rio Itajaí	6 527	78,5	2 851	59,9	3 536	56,3
Lages	2 340	69,8	1 226	68,8	1 545	64,0
Norte/Nordeste Catarinense	16 886	79,0	7 196	69,7	9 696	54,7
Tubarão	3 357	60,7	2 217	74,1	2 536	53,4
Vale do Itajaí	11 628	71,7	6 464	84,0	8 661	74,8
Rio Grande do Sul	97 415	73,0	47 751	75,1	65 176	66,1
Fora da Região Metropolitana	49 281	77,7	22 106	75,5	31 064	67,6
Porto Alegre	48 134	68,8	25 645	74,8	34 112	64,9
Centro - Oeste	141 728	78,5	68 889	76,6	89 908	65,0
Mato Grosso do Sul	22 290	88,8	8 472	76,4	12 818	74,4
Fora da Região Metropolitana	22 290	88,8	8 472	76,4	12 818	74,4
Mato Grosso	23 834	84,3	9 037	72,7	13 219	63,6
Fora da Região Metropolitana	12 019	79,7	3 846	69,0	5 913	58,2
Vale do Rio Cuiabá	11 815	89,6	5 191	75,6	7 306	68,7
Góias	52 083	78,1	29 793	78,4	37 214	70,2
Fora da Região Metropolitana	16 694	77,7	5 886	65,5	8 199	57,8
Goiânia	33 578	79,4	23 167	83,1	27 981	75,6
RIDE Distrito Federal e Entorn	1 811	62,8	740	65,8	1 034	56,6
Distrito Federal	43 521	72,0	21 587	75,9	26 657	56,4
RIDE Distrito Federal e Entorn	43 521	72,0	21 587	75,9	26 657	56,4

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2005-2011.

Tabela 7 – Distribuição de salário e outras remunerações nas empresas de alto crescimento orgânico, segundo as Grandes Regiões, Estados e as Regiões Metropolitanas – Brasil – 2011

	Distribuição de salários e outras remunerações					
	Total		Única		Sede	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Norte	3 296 379 687	4,3	1 432 486 428	4,4	2 446 829 125	4,5
Rondônia	295 864 573	0,4	151 632 801	0,5	209 768 917	0,4
Fora da Região Metropolitana	295 864 573	0,4	151 632 801	0,5	209 768 917	0,4
Acre	114 435 812	0,2	64 211 497	0,2	80 567 365	0,1
Fora da Região Metropolitana	114 435 812	0,2	64 211 497	0,2	80 567 365	0,1
Amazonas	1 271 939 715	1,7	491 506 303	1,5	1 042 636 258	1,9
Fora da Região Metropolitana	34 443 032	0,0	385 900	0,0	2 363 392	0,0
Manaus	1 237 496 683	1,6	491 120 403	1,5	1 040 272 866	1,9
Roraima	77 281 800	0,1	31 847 106	0,1	49 510 332	0,1
Fora da Região Metropolitana	77 281 800	0,1	31 847 106	0,1	49 510 332	0,1
Pará	1 238 883 340	1,6	564 090 290	1,7	862 184 224	1,6
Belém	625 754 228	0,8	355 523 118	1,1	513 422 265	0,9
Fora da Região Metropolitana	613 129 112	0,8	208 567 172	0,6	348 761 959	0,6
Amapá	100 372 777	0,1	30 799 460	0,1	64 086 977	0,1
Fora da Região Metropolitana	13 779 805	0,0	730 662	0,0	748 050	0,0
Macapá	86 592 972	0,1	30 068 798	0,1	63 338 927	0,1
Tocantins	197 601 670	0,3	98 398 971	0,3	138 075 052	0,3
Fora da Região Metropolitana	197 601 670	0,3	98 398 971	0,3	138 075 052	0,3
Nordeste	10 956 729 050	14,4	5 480 869 666	16,8	8 080 598 704	14,8
Maranhão	886 466 351	1,2	455 773 144	1,4	616 529 986	1,1
Fora da Região Metropolitana	217 242 239	0,3	104 629 164	0,3	118 982 070	0,2
Grande São Luís	622 287 294	0,8	328 630 331	1,0	464 118 480	0,8
RIDE Grande Teresina	6 937 929	0,0	1 551 297	0,0	1 551 297	0,0
Sudoeste Maranhense	39 998 889	0,1	20 962 352	0,1	31 878 139	0,1
Piauí	302 431 951	0,4	175 874 710	0,5	238 348 571	0,4
Fora da Região Metropolitana	53 747 956	0,1	19 745 914	0,1	31 067 848	0,1
RIDE Grande Teresina	248 683 995	0,3	156 128 796	0,5	207 280 723	0,4
Ceará	1 619 494 795	2,1	784 924 907	2,4	1 202 047 987	2,2
Cariri	69 092 012	0,1	41 019 874	0,1	51 071 295	0,1
Fora da Região Metropolitana	153 874 883	0,2	44 800 039	0,1	69 495 887	0,1
Fortaleza	1 396 527 900	1,8	699 104 994	2,1	1 081 480 805	2,0
Rio Grande do Norte	506 737 250	0,7	262 618 365	0,8	330 802 167	0,6
Fora da Região Metropolitana	183 156 315	0,2	78 993 004	0,2	106 668 577	0,2
Natal	323 580 935	0,4	183 625 361	0,6	224 133 590	0,4
Paraíba	470 296 561	0,6	279 956 163	0,9	374 782 594	0,7
Campina Grande	71 789 083	0,1	39 948 206	0,1	53 797 577	0,1
Fora da Região Metropolitana	33 960 330	0,0	16 301 653	0,0	24 237 633	0,0
João Pessoa	364 547 148	0,5	223 706 304	0,7	296 747 384	0,5
Pernambuco	2 407 739 431	3,2	1 164 040 029	3,6	1 827 927 764	3,3
Fora da Região Metropolitana	345 917 861	0,5	201 606 366	0,6	293 150 450	0,5
RIDE Petrolina/Juazeiro	69 156 012	0,1	41 742 035	0,1	48 081 985	0,1
Recife	1 992 665 558	2,6	920 691 628	2,8	1 486 695 329	2,7
Alagoas	460 588 454	0,6	231 170 147	0,7	365 653 066	0,7
Agreste	50 694 433	0,1	11 403 717	0,0	32 075 944	0,1
Fora da Região Metropolitana	17 592 952	0,0	11 956 906	0,0	13 434 733	0,0
Maceió	392 301 069	0,5	207 809 524	0,6	320 142 389	0,6
Sergipe	561 881 282	0,7	272 186 347	0,8	396 063 170	0,7
Aracaju	416 099 863	0,5	210 397 309	0,6	318 166 202	0,6
Fora da Região Metropolitana	145 781 419	0,2	61 789 038	0,2	77 896 968	0,1
Bahia	3 741 092 975	4,9	1 854 325 854	5,7	2 728 443 399	5,0
Fora da Região Metropolitana	1 127 959 766	1,5	444 659 798	1,4	697 385 888	1,3
RIDE Petrolina/Juazeiro	21 752 572	0,0	8 611 319	0,0	16 396 769	0,0
Salvador	2 591 380 637	3,4	1 401 054 737	4,3	2 014 660 742	3,7

Distribuição de salários e outras remunerações

	Total		Única		Sede	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
Sudeste	45 358 951 632	59,8	18 201 329 263	55,6	32 082 036 311	58,7
Minas Gerais	6 912 390 431	9,1	3 035 216 048	9,3	5 052 075 532	9,2
Belo Horizonte	4 200 787 284	5,5	1 810 715 349	5,5	3 097 307 373	5,7
Fora da Região Metropolitana	2 593 877 221	3,4	1 170 755 826	3,6	1 869 524 053	3,4
RIDE Distrito Federal e Entorn	21 060 848	0,0	5 198 454	0,0	8 866 113	0,0
Vale do Aço	96 665 078	0,1	48 546 419	0,1	76 377 993	0,1
Espírito Santo	1 171 876 588	1,5	458 442 129	1,4	745 745 235	1,4
Fora da Região Metropolitana	421 310 010	0,6	122 608 347	0,4	216 521 788	0,4
Grande Vitória	750 566 578	1,0	335 833 782	1,0	529 223 447	1,0
Rio de Janeiro	8 934 153 867	11,8	3 010 607 556	9,2	5 989 180 681	11,0
Fora da Região Metropolitana	2 677 363 074	3,5	542 653 697	1,7	1 336 792 225	2,4
Rio de Janeiro	6 256 790 793	8,2	2 467 953 859	7,5	4 652 388 456	8,5
São Paulo	28 340 530 746	37,4	11 697 063 530	35,8	20 295 034 863	37,1
Baixada Santista	427 894 134	0,6	164 892 873	0,5	266 694 966	0,5
Campinas	2 301 029 254	3,0	872 891 213	2,7	1 443 822 044	2,6
Fora da Região Metropolitana	8 035 341 500	10,6	3 180 652 157	9,7	5 062 438 116	9,3
São Paulo	17 576 265 858	23,2	7 478 627 287	22,9	13 522 079 737	24,7
Sul	11 206 601 283	14,8	5 360 128 588	16,4	8 532 823 672	15,6
Paraná	4 451 353 987	5,9	2 337 222 302	7,1	3 598 096 393	6,6
Curitiba	2 704 854 421	3,6	1 407 844 570	4,3	2 259 030 578	4,1
Fora da Região Metropolitana	1 213 273 558	1,6	644 298 550	2,0	926 677 379	1,7
Londrina	307 029 432	0,4	161 046 945	0,5	242 000 538	0,4
Maringá	226 196 576	0,3	124 032 237	0,4	170 387 898	0,3
Santa Catarina	2 940 668 829	3,9	1 414 915 428	4,3	2 275 483 944	4,2
Carbonífera	241 551 681	0,3	160 585 454	0,5	202 666 528	0,4
Chapecó	154 823 202	0,2	81 025 999	0,2	128 496 908	0,2
Florianópolis	620 960 846	0,8	273 839 795	0,8	528 094 020	1,0
Fora da Região Metropolitana	320 077 367	0,4	170 916 130	0,5	243 414 860	0,4
Foz do Rio Itajaí	220 357 123	0,3	108 305 130	0,3	146 856 561	0,3
Lages	87 081 395	0,1	41 463 532	0,1	55 499 552	0,1
Norte/Nordeste Catarinense	634 645 462	0,8	280 896 120	0,9	483 897 741	0,9
Tubarão	137 857 058	0,2	65 834 848	0,2	108 992 575	0,2
Vale do Itajaí	523 314 695	0,7	232 048 420	0,7	377 565 199	0,7
Rio Grande do Sul	3 814 578 467	5,0	1 607 990 858	4,9	2 659 243 335	4,9
Fora da Região Metropolitana	1 689 531 629	2,2	721 843 078	2,2	1 157 924 796	2,1
Porto Alegre	2 125 046 838	2,8	886 147 780	2,7	1 501 318 539	2,7
Centro - Oeste	5 024 243 304	6,6	2 236 907 971	6,8	3 496 040 904	6,4
Mato Grosso do Sul	743 022 904	1,0	277 868 787	0,8	465 696 269	0,9
Fora da Região Metropolitana	743 022 904	1,0	277 868 787	0,8	465 696 269	0,9
Mato Grosso	742 552 231	1,0	262 375 720	0,8	474 907 222	0,9
Fora da Região Metropolitana	397 056 533	0,5	115 885 968	0,4	230 775 098	0,4
Vale do Rio Cuiabá	345 495 698	0,5	146 489 752	0,4	244 132 124	0,4
Góias	1 818 590 629	2,4	943 927 676	2,9	1 312 715 059	2,4
Fora da Região Metropolitana	686 458 445	0,9	260 807 895	0,8	392 980 158	0,7
Goiânia	1 068 402 422	1,4	661 866 763	2,0	885 228 185	1,6
RIDE Distrito Federal e Entorn	63 729 762	0,1	21 253 018	0,1	34 506 716	0,1
Distrito Federal	1 720 077 540	2,3	752 735 788	2,3	1 242 722 354	2,3
RIDE Distrito Federal e Entorn	1 720 077 540	2,3	752 735 788	2,3	1 242 722 354	2,3

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2008-2011.

Textos para Discussão já publicados

Antiga série

- 📖 Pesquisas Contínuas da Indústria - Vol. 1, nº 1, janeiro 1988
- 📖 Pesquisas Agropecuárias Contínuas: Metodologia - Vol. I, nº 2, 1988
- 📖 Uma Filosofia de Trabalho: As experiências com o SNIPC e com o SINAPI - Vol. I, nº 3, março 1988
- 📖 O Sigilo das Informações Estatísticas: Idéias para reflexão - Vol. I, nº 4, abril 1988
- 📖 Projeções da População Residente e do Número de Domicílios Particulares Ocupados: 1985-2020 - Vol. I, nº 5, maio 1988
- 📖 Classificação de Atividades e Produtos, Matérias-Primas e Serviços Industriais: Indústria Extrativa Mineral e de Transformação - Vol. 1, nº 6, agosto 1988
- 📖 A Mortalidade Infantil no Brasil nos Anos 80 - Vol. I, nº 7, setembro 1988
- 📖 Principais Características das Pesquisas Econômicas, Sociais e Demográficas - Vol. I, número especial, outubro 1988
- 📖 Ensaio sobre o Produto Real da Agropecuária - Vol. I, nº 9, setembro 1988
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais, Ano Base 1980 - Resultados Provisórios - Vol. I, nº 10, dezembro 1988
- 📖 Pesquisa de Orçamentos Familiares - Metodologia para Obtenção das Informações de Campo - nº 11, janeiro 1989
- 📖 De Camponesa a Bóia-fria: Transformações do trabalho feminino - nº 12, fevereiro 1989
- 📖 Pesquisas Especiais do Departamento de Agropecuária - Metodologia e Resultados - nº 13, fevereiro 1989
- 📖 Brasil - Matriz de Insumo-Produto - 1980 - nº 14, maio 1989
- 📖 As Informações sobre Fecundidade, Mortalidade e Anticoncepção nas PNADs - nº 15, maio 1989
- 📖 As Estatísticas Agropecuárias e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 16, junho 1989
- 📖 Brasil - Sistema de Contas Nacionais Consolidadas - nº 17, agosto 1989
- 📖 Brasil - Produto Interno Bruto Real Trimestral - Metodologia - nº 18, agosto 1989
- 📖 Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90 - nº 19, setembro 1989
- 📖 Uma Análise do Cotidiano da Pesquisa no DEREN (As Estatísticas do Trabalho) - nº 20, outubro 1989
- 📖 Coordenação Estatística Nacional - Reflexões sobre o caso Brasileiro - nº 21, novembro 1989
- 📖 Pesquisa Industrial Anual 1982/84 - Análise dos Resultados - nº 22, novembro 1989
- 📖 O Departamento de Comércio e Serviços e a III Conferência Nacional de Estatística - nº 23, dezembro 1989
- 📖 Um projeto de Integração para as Estatísticas Industriais - nº 24, dezembro 1989
- 📖 Cadastro de Informantes de Pesquisas Econômicas - nº 25, janeiro 1990
- 📖 Ensaio sobre a Produção de Estatística - nº 26, janeiro 1990
- 📖 O Espaço das Pequenas Unidades Produtivas: Uma tentativa de delimitação - nº 27, fevereiro 1990
- 📖 Uma Nova Metodologia para Correção Automática no Censo Demográfico Brasileiro: Experimentação e primeiros resultados - nº 28, fevereiro 1990
- 📖 Notas Técnicas sobre o Planejamento de Testes e Pesquisas Experimentais - nº 29, março 1990
- 📖 Estatísticas, Estudos e Análises Demográficas - Uma visão do Departamento de População - nº 30, abril 1990
- 📖 Crítica de Equações de Fechamento de Empresas no Censo Econômico de 1985 - nº 31, maio 1990
- 📖 Efeito de Conglomeração da Malha Setorial do Censo Demográfico de 1980 - nº 32, maio 1990
- 📖 A Redução da Amostra e a Utilização de Duas Frações Amostrais no Censo Demográfico de 1990 - nº 33, junho 1990

- 📖 Estudos e Pesquisas de Avaliação de Censos Demográficos - 1970 a 1990 - **nº 34**, julho 1990
- 📖 A Influência da Migração no Mercado de Trabalho das Capitais do Centro-Oeste - 1980 - **nº 35**, agosto 1990
- 📖 Pesquisas de Conjuntura: Discussão sobre Variáveis a Investigar - **nº 36**, setembro 1990
- 📖 Um Modelo para Estimar o Nível e o Padrão da Fecundidade por Idade com Base em Parturições Observadas - **nº 37**, outubro 1990
- 📖 A Estrutura Operacional de Uma Pesquisa por Amostra - **nº 38**, novembro 1990
- 📖 Produção Agrícola, Agroindustrial e de Máquinas e Insumos Agrícolas no Anos 80: Novas Evidências Estatísticas - **nº 39**, dezembro 1990
- 📖 A Inflação Medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - **nº 40**, janeiro 1991
- 📖 A Participação Política Eleitoral no Brasil - 1988, Análise Preliminar - **nº 41**, fevereiro 1991
- 📖 Ensaio sobre Estatísticas do Setor Produtivo - **nº 42**, março 1991
- 📖 A Produção Integrada de Estatística e as Contas Nacionais: Agenda para Formulação de um Novo Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - **nº 43**, março 1991
- 📖 Matriz de Fluxos Migratórios Intermunicipais - Brasil - 1980 - **nº 44**, abril 1991
- 📖 Fluxos Migratórios Intrametropolitanos - Brasil - 1970-1980 - **nº 45**, abril 1991
- 📖 A Revisão da PNAD, A Questão Conceitual e Relatório das Contribuições - **nº 46**, maio 1991
- 📖 A Dimensão Ambiental no Sistema de Contas Nacionais - **nº 47**, maio 1991
- 📖 Estrutura das Contas Nacionais Brasileiras - **nº 48**, junho 1991
- 📖 Mercado do Couro e Resultados da Pesquisa Anual do Couro - **nº 49**, junho 1991
- 📖 As Estatísticas e o Meio Ambiente - **nº 50**, julho 1991
- 📖 Novo Sistema de Contas Nacionais Séries Correntes: 1981-85 Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto - **nº 51**, julho 1991 (2 Volumes: Volume 1 - Metodologia, Resultados Provisórios e Avaliação do Projeto; Volume 2-Tabelas)
- 📖 O Censo Industrial de 1985 - Balanço da Experiência - **nº 52**, agosto 1991
- 📖 Análise da Inflação Medida Pelo INPC 1989 - **nº 53**, agosto 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Questão Amostral: Módulo II do Anteprojeto - **nº 54**, setembro 1991
- 📖 A Força de Trabalho e os Setores de Atividade - Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo - 1986-1990 - **nº 55**, outubro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: Apuração das Informações: Módulo III do Anteprojeto - **nº 56**, novembro 1991
- 📖 Novos Usos para Pesquisa Industrial Mensal: A Evolução dos Salários Industriais, O Desempenho da Pecuária - **nº 57**, novembro 1991
- 📖 Revisão da PNAD: A Disseminação das Informações Módulo IV do Anteprojeto - **nº 58**, dezembro 1991
- 📖 Estatísticas Agropecuárias : Sugestões para o Novo Plano Geral de Informações - **nº 59**, dezembro 1991
- 📖 Análise Conjuntural e Pesquisa Industrial - **nº 60**, janeiro 1992
- 📖 Exploração dos Dados da Pesquisa Industrial Mensal de Dados Gerais - **nº 61**, fevereiro 1992
- 📖 Uma Proposta de Metodologia para a Expansão da Amostra do Censo Demográfico de 1991 - **nº 62**, outubro 1993
- 📖 Expansão da Fronteira e Progresso Técnico no Crescimento Agrícola Recente - **nº 63**, novembro 1993
- 📖 Avaliação das Condições de Habitação com Base nos Dados da PNAD - **nº 64**, setembro 1993
- 📖 Análise da Taxa de Desemprego Feminino no Brasil – **nº 65**, dezembro 1993
- 📖 Aspectos da Metropolização Brasileira: Comentários sobre os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991- **nº 66**, janeiro 1994
- 📖 Estimativas Preliminares de Fecundidade Considerando os Censos Demográficos, Pesquisas por amostragem e o Registro Civil - **nº 67**, janeiro 1994

- 📖 Apuração de Dados no IBGE: Problemas e Perspectivas - **nº 68**, fevereiro 1994
- 📖 Limeira - SP: Estimativas de Fecundidade e Mortalidade 1980/1988 - **nº 69**, março 1994
- 📖 Desemprego - Uma Abordagem Conceitual - **nº 70**, abril 1994
- 📖 Apuração dos Dados Investigados no Questionário Básico (CD 1.01) do Censo Demográfico de 1991 - **nº 71**, outubro de 1994
- 📖 Deslocamento Populacional e Segregação Sócio-Espacial – Migrantes Originários do Rio de Janeiro - **nº 72**, novembro de 1994
- 📖 Projeção Preliminar da População do Brasil para o Período 1980-2020 - **nº 73**, dezembro de 1994
- 📖 Considerações Preliminares Sobre a Migração Internacional no Brasil - **nº 74**, janeiro de 1995
- 📖 Estatísticas Agropecuárias Censitárias no Âmbito do Mercosul - Brasil, Argentina e Uruguai - **nº 75**, julho de 1995
- 📖 Projeções Preliminares das Populações das Grandes Regiões para o Período 1991-2010 - **nº 76**, agosto de 1995
- 📖 Dinâmica da Estrutura Familiar no Sudeste Metropolitano, Chefia Feminina e Indicadores Sócio-Demográficos: Um exercício exploratório utilizando modelo da regressão múltipla - **nº 77**, setembro de 1995
- 📖 O Uso das Matrizes de Insumo-Produto e Matrizes de Inovação para Medir Mudanças Técnicas - **nº 78**, outubro de 1995
- 📖 Estimativas dos Fatores de Correção para o Registro de Nascimentos Utilizando Registros tardios a nível de Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas 1974/1994 - **nº 79**, abril de 1996
- 📖 Aspectos de Amostragem Relativos ao Censo Cadastro de 1995 - **nº 80**, junho de 1996
- 📖 Tendências Populacionais no Brasil e Pressão Sobre o Mercado de Trabalho Futuro - **nº 81**, setembro de 1996
- 📖 Transformações Estruturais e Sistemas Estatísticos Nacionais - **nº 82**, setembro de 1996
- 📖 Metodologias para o Cálculo de Coeficientes Técnicos Diretos em um Modelo de Insumo-Produto - **nº 83**, outubro de 1996
- 📖 Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico de 1991 - **nº 84**, outubro de 1996
- 📖 Componentes da Dinâmica Demográfica Brasileira: Textos Selecionados - **nº 85**, novembro de 1996
- 📖 Apuração dos Dados Investigados pelo Questionário da Amostra - CD 1.02 do Censo Demográfico de 1991 - **nº 86**, dezembro de 1996
- 📖 Estudo Preliminar da Evolução dos Nascimentos, Casamentos e Óbitos 1974-1990 - **nº 87**, janeiro de 1997
- 📖 Sistema de Contas Nacionais - Tabelas de Recursos e Usos - Metodologia - **nº 88**, dezembro de 1997
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Economia Informal Urbana 97 - **nº 89**, junho de 1998
- 📖 Comparações da Renda Investigada nos Questionários do Censo Demográfico de 1991 - **nº 90**, julho de 1998
- 📖 Uma Revisão dos Principais Aspectos dos Planos Amostrais das Pesquisas Domiciliares Realizadas pelo IBGE - **nº 91**, setembro de 1998
- 📖 Planejamento Amostral para as Pesquisas Anuais da Indústria e do Comércio - **nº 92**, outubro de 1998
- 📖 Aspectos de Amostragem da Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995-1996 - **nº 93**, dezembro de 1998
- 📖 Reflexões sobre um Programa de Estatísticas Ambientais - **nº 94**, abril de 1999
- 📖 O Comportamento das Importações e Exportações Brasileiras com Base no Sistema de Contas Nacionais 1980 - 1997 (versão preliminar) - **nº 95**, maio de 1999
- 📖 Meio Ambiente: sua integração nos sistemas de informações estatísticas - **nº 96**, maio de 1999
- 📖 Conta da Terra: considerações sobre sua realização no Brasil - **nº 97**, dezembro de 1999

Textos para discussão - nova série

- 📖 **Número 1** - Sistema integrado de contas econômico-ambientais - SICEA : síntese e reflexões / Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Contas Nacionais, 2000.
- 📖 **Número 2** - Aspectos da produção de informação estatística oficial no contexto da sociedade atual : algumas questões teórico-metodológicas / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2000
- 📖 **Número 3** - A Cor denominada : um estudo do suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho/98 / José Luis Petrucelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2000.
- 📖 **Número 4** - Indicadores para a agropecuária - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Agropecuária, 2001.
- 📖 **Número 5** - Estudos para definição da amostra da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário / Ana Maria Lima de Farias. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Indústria, 2001.
- 📖 **Número 6** - A declaração de cor/raça no censo 2000: um estudo comparativo / José Luis Petrucelli. - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002..
- 📖 **Número 7** - Dimensões preliminares da responsabilidade feminina pelos domicílios: um estudo do fenômeno a partir dos censos demográficos 1991 e 2000 / Sonia Oliveira, Ana Lucia Sabóia, Bárbara Cobo - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- 📖 **Número 8** - Principais Aspectos de Amostragem das Pesquisas Domiciliares do IBGE - revisão 2002 / Zélia Magalhães Bianchini e Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.
- 📖 **Número 9** - Censo Demográfico 2000 - Resultados da Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta / Luís Carlos de Souza Oliveira, Marcos Paulo Soares de Freitas, Márcia Regina Martins Lima Dias, Cláudia Maria Ferreira Nascimento, Edie da Silva Mattos e João José Amado Ramalho Júnior - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação Técnica do Censo Demográfico, 2003.
- 📖 **Número 10** - Sistema de informação estatística e a sociedade da informação / Rosa Maria Porcaro - Rio de Janeiro : IBGE, Departamento de Metodologia, 2003.
- 📖 **Número 11** - Indicadores para a agropecuária - 1996 a 2001 / Julio César Perruso, Marcelo de Moraes, Duriez, Roberto Augusto Soares P. Duarte e Carlos Alfredo Barreto Guedes - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Agropecuária, 2003.
- 📖 **Número 12** - A Unidade de Metodologia e a Evolução do Uso de Amostragem no IBGE, 2003 / Sônia Albieri - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2003.
- 📖 **Número 13** - Estimando a Precisão das Estimativas das Taxas de Mortalidade Obtidas a Partir da PNAD / Pedro Luis do Nascimento Silva e Djalma Galvão Carneiro Pessoa. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004.
- 📖 **Número 14** - A Qualidade na Produção de Estatísticas no IBGE / Zélia Magalhães Bianchini. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2004
- 📖 **Número 15** - Calibration Estimation: When and Why, How Much and How / Pedro Luis do Nascimento Silva . - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 16** - Um panorama recente da desigualdade no Brasil a partir dos dados da PNAD 2002 / Ana Lucia Saboia e Barbara Cobo. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 17** – Processamento das Áreas de Expansão e Disseminação da Amostra no Censo Demográfico 2000 / Ari Nascimento Silva, Luiz Alberto Matzenbacher e Bruno Freitas Cortez. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2004
- 📖 **Número 18** – Fatores de correção para o registro de nascimentos utilizando registros tardios segundo os grupos de idades das mulheres - Brasil e Unidades da Federação - 1984-2001 / Fernando Roberto Pires de

Carvalho e Albuquerque e Selma Regina dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004

- 📖 **Número 19** – O processo de Imputação dos quesitos de migração no Censo Demográfico 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque, Janaína Reis Xavier Senna e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2004
- 📖 **Número 20** – Tábuas de Mortalidade por sexo e grupos de idade - Grandes Regiões e Unidades da Federação - 1980, 1991 e 2000 / Fernando Roberto P. de C. e Albuquerque e Janaína Reis Xavier Senna - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2005
- 📖 **Número 21** – Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2001 e 2005/ Cristiane Soares e Ana Lucia Saboia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 22** – Estimação de Intervalos de Confiança para Estimadores de Diferenças Temporais na Pesquisa Mensal de Emprego / Mauricio Franca Lila e Marcos Paulo soares de Freitas - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento e Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 23** – Amostra Mestra para o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Marcos Paulo Soares de Freitas, Maurício Franca Lila, Rosemary Vallejo de Azevedo e Giuseppe de Abreu Antonaci - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 2007
- 📖 **Número 24** – Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD / Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, 2007
- 📖 **Número 25** – Pesquisas Agropecuárias por Amostragem Probabilística no IBGE: Histórico e Perspectivas Futuras / Coordenação de Agropecuária - Rio de Janeiro: IBGE, 2007
- 📖 **Número 26** – Migração Pendular Intrametropolitana no Rio de Janeiro: Reflexões sobre o seu estudo, a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 2000 / Antonio de Ponte Jardim e Leila Ervatti - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 27** – Características da fecundidade e da mortalidade segundo a condição migratória das mulheres, com base no quesito de "data fixa" / Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Isabel Cristina Maria da Costa e Antonio Roberto Pereira Garcez - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 28** – Utilização de Modelos para Estimar a Mortalidade Brasileira nas Idades Avançadas / Jorcely Victório Franco, Juarez de Castro Oliveira e Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2007
- 📖 **Número 29** – Influência da mortalidade nos níveis de fecundidade da população brasileira e o intervalo médio entre duas gerações sucessivas - 1980, 1991, 2000 e 2005/ Fernando Roberto Pires de C. e Albuquerque e Maria Lúcia Pereira do Nascimento - Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 30** - Família nas pesquisas domiciliares : questões e propostas alternativas / Rosa Ribeiro, Ana Lúcia Sabóia - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008
- 📖 **Número 31** – Setor e Emprego Informal no Brasil - Análise dos resultados da nova série do Sistema de Contas Nacionais / João Hallak Neto, Katia Namir, Luciene Kozovitz, Sandra Rosa Pereira - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2008
- 📖 **Número 32** - Diferenciais de idade entre os casais nas famílias brasileiras / Cristiane Soares. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2008

- 📖 **Número 33** – Estudos de modalidades alternativas de censos demográficos : aspectos de amostragem / IBGE, Diretoria de Pesquisas, Grupo de Trabalho de Amostragem, Estimção e Acumulação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2009.
- 📖 **Número 34** – O Acompanhamento Estatístico da Fabricação de Medicamentos na Indústria Farmacêutica Brasileira/ Marcus José de Oliveira Campos e Luiz Antônio Casemiro dos Santos. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2009.
- 📖 **Número 35** – Áreas mínimas de Comparação / Weuber da Silva Carvalho, Gilson Flaeschen. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
- 📖 **Número 36** – Contabilizando a Sustentabilidade: principais abordagens / Frederico Barcellos, Paulo Gonzaga M. de Carvalho e Sandra De Carlo. - Rio de Janeiro : IBGE, Diretoria de Pesquisas, 2010.
- 📖 **Número 37** – Indicadores sobre Trabalho Decente: Uma contribuição para o debate da desigualdade de gênero / Cíntia Simões Agostinho e Ana Lucia Saboia. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2011.
- 📖 **Número 38** – Reflexões sobre pesquisas longitudinais: uma contribuição à implementação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares / Leonardo Athias. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2011.
- 📖 **Número 39** – Desafios e possibilidades sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo / Ana Lucia Saboia, Bárbara Cobo e Gilson Gonçalves Matos. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 40** – Metodologia Estatística da Pesca: Pesca embarcada / Aristides Pereira Lima Green e Guilherme Guimarães Moreira. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Agropecuária e Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 41** – Pareamento Automático na Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta do Censo Demográfico / Djalma Galvão Carneiro Pessoa, Fábio Figueiredo Farias e Vinícius Layter Xavier. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 42** – Seminários IBGE – 15 anos disseminando conhecimento / Sonia Albieri. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2012.
- 📖 **Número 43** – Estimadores de Diferenças Temporais e suas Variâncias: Uma Abordagem Aplicada ao Estudo de Indicadores Sociais a partir dos Dados da PNAD/ Gilson Gonçalves de Matos, Ana Lucia Saboia, Leonardo Athias. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 44** – Disponibilização de Acesso a Microdados em Institutos Nacionais de Estatísticas: Experiência de países selecionados e Eurostat/ Priscila Koeller, Fernanda Vilhena e Maria Luiza Barcellos Zacharias. – Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações, Coordenação de Indústria e Coordenação de Métodos e Qualidade, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 45** – Capacidade Funcional dos Idosos: Uma análise dos suplementos Saúde da PNAD com a teoria da resposta ao item/ Kaizô Iwakami Beltrão, Moema De Poli Teixeira, Maria Isabel Coelho Alves Parahyba e Philip Fletcher. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.
- 📖 **Número 46** – Recomendações internacionais sobre estatísticas sociais e como importantes institutos de estatísticas divulgam seus temas, com destaque para a área social/ Ana Lucia Saboia, Leonardo Athias. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.

 **Número 47** – Uma contribuição para a produção de indicadores educacionais no IBGE: Panorama nacional e experiências internacionais/ Betina Fresneda, Ana Lucia Sabóia. - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisas, 2013.